

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

**LIMPANDO A LAMA DOS DESASTRES DA MINERAÇÃO:
ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS DE IMAGEM vs. NARRATIVAS DAS
POPULAÇÕES ATINGIDAS**

ALEIXA PEREIRA GOMES FIGUEIRA

2026



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

LIMPANDO A LAMA DOS DESASTRES DA MINERAÇÃO ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS DE IMAGEM vs. NARRATIVAS DAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

ALEIXA PEREIRA GOMES FIGUEIRA

Sob a Orientação da Professora
Flávia Braga Vieira

Dissertação submetida como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre(a), no Curso de Pós Graduação em
Ciências Sociais

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2026

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

F4751 Figueira, Aleixa, 1998-
Limpendo a lama dos desastres da mineração:
estratégias corporativas de imagem vs. narrativas das
populações atingidas. / Aleixa Figueira. - Paracambi,
2026.
107 f.: il.

Orientadora: Flávia Braga Vieira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ), 2026.

1. Estratégias corporativas. 2. Samarco. 3.
Desastre de Mariana. 4. A Sirene. I. Vieira, Flávia
Braga, 1976-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em
Ciências Sociais (PPGCS/UFRRJ) III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALEIXA PEREIRA GOMES FIGUEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em**
Ciências Sociais no curso de Pós Graduação em Ciências Sociais

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 26/02/2026

Assinaturas

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIA BRAGA VIEIRA**
Data: 18/05/2026 10:12:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
X

Dra. FLAVIA BRAGA VIEIRA, UFRRJ
(Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **CARLY BARBOZA MACHADO**
Data: 19/05/2026 14:32:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
X

Dra. CARLY BARBOZA MACHADO, UFRRJ
(Examinadora Interna)

Documento assinado digitalmente
 **LARYSSA OWSIANY FERREIRA**
Data: 21/05/2026 22:57:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
X

Dra. LARYSSA OWSIANY FERREIRA, UFRRJ
(Examinadora externa à instituição)

“Depois do medo vem o mundo”

Clarice Lispector (A descoberta do mundo)

Agradecimento

Agradeço profundamente aqueles que, ao cruzarem meu caminho, contribuíram para minha formação profissional e para o desenvolvimento curioso dos meus entendimentos sobre o que é a vida e o que são as coisas do mundo.

Um agradecimento especial a minha orientadora Flávia, que me deu tanto, com sua atenção, paciência (muita) e oportunidades profissionais em projetos incríveis que me fizeram descobrir o que eu realmente gosto e quero fazer enquanto cientista social. Agradeço também à banca avaliadora, composta por pessoas tão queridas, que desde a graduação, no momento em que participaram da minha caminhada me presentearam com ótimas recomendações, correções e aulas estimulantes, obrigada Carly e Laryssa.

Agradeço também aos que vieram antes de mim, a minha mãe que como um exemplo de força segurou tudo que pode para que eu pudesse seguir meus caminhos, ao meu pai, a minha tia Cíntia por ser outro exemplo de mulher forte e independente, aos meus tios Ricardo e Leila por todo suporte.

Aos amigos e amores por todas as conversas e experiências despreocupadas que muitas vezes significaram tanto.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos durante todo o período do mestrado.

E por fim a todos que passaram e deixaram aprendizados nessa loucura que é viver.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as estratégias corporativas de imagem produzidas por grandes empresas no ramo da mineração, neste caso Samarco, Vale e BHP, recorrendo a fontes oficiais de comunicação das respectivas marcas, com o recorte temporal pós desastre-crime de Mariana-MG (2015). Para qualificar a análise dessas estratégias, adota-se como referencial a noção de imagética espacial no capitalismo extrativo proposta por Acselrad e Assis (2022), que permite compreender as ações empresariais não como respostas genéricas ao mercado, mas como práticas situadas de produção de representações espaciais que organizam, legitimam e disputam sentidos no interior do sistema produtivo e da mentalidade econômica capitalista. Após essa primeira exposição dos conteúdos corporativos, é utilizada como contraste a narrativa produzida pelos próprios atingidos a partir da exposição dos conteúdos do jornal A Sirene. O objetivo central é expor como a empresa apresenta sua imagem publicamente dentro de uma linha do tempo de 10 anos do desastre e quais elementos são mobilizados para gerenciar sua imagem.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e se organiza em dois eixos principais. O primeiro consiste na revisão bibliográfica e documental para caracterizar a Samarco (e brevemente as duas parceiras envolvidas com a temática do desastre: Vale e BHP) e contextualizar o desastre pela perspectiva sociológica. O segundo eixo é a análise comparativa de conteúdos: de um lado, os materiais publicados no site oficial da Samarco (recorre-se pontualmente também aos sites da Vale e da BHP), com foco especial na seção "Reparação" onde está disponível um recorte na linha do tempo de 10 anos do desastre; de outro, as edições do jornal A Sirene, criado por atingidos e apoiadores para contar a versão dos fatos a partir de quem sofreu diretamente as consequências do rompimento da barragem do Fundão.

A análise feita leva à indicação de que, ao construir a narrativa de empresa proativa, resoluta e comprometida com a reparação, ela tenta ocupar o posto de protagonista da solução, enquanto o jornal A Sirene expõe lacunas, atrasos e violências que marcaram o processo de (não)reparação ao longo de uma década.

Palavras-chave: Estratégias corporativas; Samarco; Desastre de Mariana; A Sirene.

ABSTRACT

This research analyzes the corporate image strategies produced by large companies in the mining sector, in this case Samarco, Vale, and BHP, using official communication sources from the respective brands, with the temporal focus following the Mariana-MG disaster (2015). To qualify the analysis of these strategies, the notion of spatial imagery in extractive capitalism proposed by Acseirad and Assis (2022) is adopted as a reference, which allows us to understand corporate actions not as generic responses to the market, but as situated practices of producing spatial representations that organize, legitimize, and dispute meanings within the productive system and the capitalist economic mentality. After this initial exposition of corporate content, the narrative produced by the affected individuals themselves, based on the content of the newspaper A Sirene, is used as a contrast. The central objective is to expose how the company presents its image publicly within a timeline of 10 years after the disaster and what elements are mobilized

The research adopts a qualitative approach and is organized into two main axes. The first consists of a bibliographic and documentary review to characterize Samarco (and briefly the two partners involved with the disaster: Vale and BHP) and contextualize the disaster from a sociological perspective. The second axis is a comparative analysis of content: on the one hand, the materials published on Samarco's official website (referring occasionally to the websites of Vale and BHP), with a special focus on the "Reparation" section, where a 10-year timeline of the disaster is available; on the other hand, the editions of the newspaper A Sirene, created by those affected and supporters to tell the version of events from the perspective of those who directly suffered the consequences of the Fundão dam collapse.

The analysis suggests that, by constructing a narrative of a proactive, resolute company committed to reparations, it attempts to occupy the position of protagonist in the solution, while the newspaper A Sirene exposes gaps, delays, and violence that marked the (non-)reparation process over a decade.

Keywords: Corporate strategies; Samarco; Mariana disaster; A Sirene.

LISTA DE IMAGENS

Imagem nº 1: Relato de um atingido sobre perda de silagem para as vacas e redução na produção de leite

Imagem nº 2: Imagem da destruição causada pela lama e relato de atingido sobre perda de árvores frutíferas

Imagem nº 3: Antes e depois do rompimento em afluente do Rio Doce

Imagem nº 4: Imagem aérea da lama no Rio Doce

Imagem nº 5: Imagem aérea após ruptura da barragem

Imagem nº 6: Edição 3 de 2026 do jornal A Sirene: "Eu a Samarco e o fim da alegria"

Imagem nº 7: Site da Vale – comunicados "Vale + Comunidade

Imagem nº 8: Site da Vale – mineração sustentável "

Imagem nº 9: Site da BHP – "Aprendemos com a história de Brumadinho" Imagem

nº 10: Site da Vale – responsabilidade em produzir de forma limpa " Imagem nº 11:

Site da Vale – valores principais: sustentabilidade, tecnologia, inovação e pioneirismo

Imagem nº 12: Site da Vale – Site da Vale – seção "Reparação

Imagem nº 13: Site da Vale – "linha do tempo de Brumadinho (2019-2031) e compromissos; "Dia a dia da reparação

Imagem nº 14: Site da Vale – documentos com notícias sobre Brumadinho

Imagem nº 15: Site da Vale – seção "Quem somos"

Imagem nº 16: Site da Samarco – home: aviso de rompimento e paralisação de atividades

Imagem nº 17: Jornal A Sirene – relato de atingido indireto sobre terceirizada da Vale não pagar por serviços de alimentação durante processos da reparação

Imagem nº 18: Instagram do Instituto Guaicuy – comemoração de 10 anos do jornal A Sirene

Imagem nº 19: Linha do tempo Samarco – 2016

Imagem nº 20: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2016

Imagem nº 21: Linha do tempo Samarco – 2017

Imagem nº 22: Jornal A Sirene – ED NOV 2016

Imagem nº 23: Linha do tempo da Samarco – 2018 Imagem

nº 24: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2018

Imagem nº 25: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2019

Imagem nº 26: Jornal A Sirene – 4 anos do crime e resumo dos fatos

Imagem nº 27 Jornal A Sirene – resumo da (não)reparação

Imagem nº 28: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2020

Imagem nº 29: Jornal A Sirene – informativos sobre assessorias técnicas – edição abril de 2020

Imagem nº 30: Jornal A Sirene – edição abril de 2020: "No caminho da reparação: novos danos"

Imagem nº 31: Jornal A Sirene – edição abril de 2020: coronavírus

Imagem nº 32: Linha do tempo da Samarco – 2021

Imagem nº 33: Jornal A Sirene – "Obras de fachada"

Imagem nº 34: Jornal A Sirene – 2022

Imagem nº 35: Linha do tempo da Samarco – 2023 Imagem

nº 36: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2023

Imagem nº 37: Linha do tempo da Samarco – 2023 Imagem

nº 38: Jornal A Sirene – "Com a Renova não há reparação"

Imagem nº 39: Jornal A Sirene – protesto contra a BHP

Imagem nº 40: Linha do tempo da Samarco – 2024

Imagem nº 41: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2024

Imagem nº 42: Jornal A Sirene – reclamação contra a Samarco

Imagem nº 43: Jornal A Sirene – reclamação contra a Samarco

Imagem nº 44: Jornal A Sirene – novembro de 2024: resumo dos acontecimentos Imagem

nº 45: Linha do tempo da Samarco – 2025

Imagem nº 46: Linha do tempo do jornal A Sirene – 2025: marco de 10 anos

Imagem nº 47: Jornal A Sirene – "Repactuação como contrato de aprisionamento"

Imagem nº 48: Site da Vale – Portal ESG

Imagem nº 49: Site Vale – Últimas atualizações

Imagem nº 50: Site Vale – Notícias sobre barragens em período de chuva

Imagem nº 51 Site Vale – Manutenção em barragens

Imagem nº 52: MPF – Bloqueio da Vale

Imagem nº 53: Bombeiros trabalhando em busca de vítimas na lama

Imagem nº 54: G1 – Vale usava barragem do Fundão para depositar rejeitos.

Sumário

RESUMO	3
LISTA DE IMAGENS	9
APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: CAPITALISMO DE DESASTRES.....	22
1.2. Caracterização dos desastres	24
1.3. Desastres corporativos	
CAPÍTULO 2: A SAMARCO E A VALE NOS DESASTRES EM MINAS GERAIS.....	28
2.1. Mariana (2015): o rompimento da barragem de Fundão.....	28
2.2. Brumadinho (2019): o rompimento da barragem do Córrego do Feijão	32
2.3. Caracterização da Vale como corporação	36
2.4. A Fundação Renova e a Samarco	38
CAPÍTULO 3: AS ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS E AS NARRATIVAS POPULARES	46
3.1. Análise de estratégias corporativas em audiovisual.....	46
3.2. Estratégias empresariais	49
3.3 A lógica da Samarco (controlada pela Vale).....	51
3.4 A Sirene: a narrativa dos atingidos	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LÓGICA COLONIALISTA ATUALIZADA NA INDÚSTRIA MINERAL.....	93
Algumas reflexões para continuidade da pesquisa.....	99
REFERÊNCIAS	103
Fontes audiovisuais e jornalísticas	106

APRESENTAÇÃO

Sou graduada e mestranda em ciências sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Durante a graduação, tive a oportunidade de participar do Programa de Extensão Universitária Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB/UFRRJ), sob a coordenação da professora Flávia Braga Vieira. Nesse programa interdisciplinar elaboramos uma matriz de danos materiais e imateriais, que serviu de base para o cálculo de um montante indenizatório, destinado a pessoas de três comunidades no município de Itatiaiuçu (MG), que foram evacuadas/atingidas pelo acionamento do Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) na barragem da Mina Serra Azul, pertencente à Arcelormittal, a maior produtora de aço do Brasil e uma das líderes globais no segmento de siderurgia e mineração.

A partir desse projeto tive contato com a temática dos desastres, especificamente o corporativo. Me deparei, durante o processo da matriz de danos, com algo que nunca tinha me ocorrido: estávamos mapeando os danos materiais, e portanto fazendo uma valoração de como poderiam ser reparados. Se estamos falando de danos a itens materiais - coisas, móveis, eletrodomésticos, materiais de construção - então é automático que pensemos em uma pesquisa de mercado para apoiar a valoração dos itens perdidos/danificados. Nesta parte apresento um caminho de pensar a resposta mais adequada a essa pergunta a partir dos relatórios oficiais da Assessoria Técnica (ATEMAB).

A Assessoria Técnica e Educacional Meio Ambiente e Barragens (ATEMAB) é uma iniciativa vinculada ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹. Criada há mais de duas décadas e formalizada há mais de dez anos, a ATEMAB atua no campo da extensão universitária com o objetivo de ampliar o acesso de organizações da sociedade civil e movimentos populares ao saber científico-acadêmico. Sua atuação está diretamente relacionada ao contexto de conflitos socioambientais envolvendo barragens e grandes empreendimentos do setor mineral e energético no Brasil.

Uma das principais atividades da ATEMAB é a realização do Curso Energia e Sociedade no Capitalismo Contemporâneo, já oferecido para quatro turmas com

¹ <https://ippur.ufrj.br/extensao/projetos/>

média de sessenta estudantes cada, provenientes de todas as regiões do país. Aproximadamente metade desses estudantes são militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), enquanto os demais integram outros movimentos populares, sindicatos de trabalhadores do setor elétrico e da indústria do petróleo. O curso já formou 199 estudantes de 15 países diferentes, contribuindo para a capacitação de lideranças comunitárias que atuam em contextos de vulnerabilidade socioambiental. Dessa forma, a ATEMAB se consolida como um espaço de formação crítica e de interface entre a universidade e os territórios afetados pela mineração e pela construção de barragens, fortalecendo a participação informada das populações atingidas nos processos de reparação e na defesa de seus direitos.

A diferença principal entre o dano existencial e o dano moral é que enquanto o dano moral refere-se a sentimentos de sofrimento, dor e humilhação, o dano existencial, compreendido tanto o dano ao projeto de vida quanto a lesão à vida de relações, está relacionado a uma afetação negativa, involuntária, que modifica a vida cotidiana da vítima. O dano existencial fere a esfera de liberdade do indivíduo, retirando-lhe o livre- arbítrio de tomar decisões, projetar seu destino e sua vida e estabelecer e manter relações sociais, indispensáveis à vida humana digna. (ATEMAB, 2019, p.32)²



“ Estou recebendo silagem pras vacas, mas tive que vender seis. A silagem é pouca. Antes eu tirava 50 litros de leite, agora, 20 e poucos.”

João Gregório da Cruz, Pedras

Figura 1 Jornal a Sirene, ed. 01 – março de 2016

² Retirado do relatório final do Projeto de assessoria para elaboração e validação de matriz de danos junto aos atingidos pela barragem de Fundão (Barra Longa/MG). 2019. Desenvolvido pela UFRRJ para a Assosiação Estadual de Defesa Ambiental e Social – AEDAS, Assessoria Técnica dos Atingidos de Barra Longa.



“Vou falar o que eu lembrar. Tinha pê-sego, laranja, limão, goiaba, manga, abacate, banana e abacaxi. De tudo tinha plantado. Agora tenho que comprar.”

Maria Cornélia de Souza, Pedras

Figura 2 Jornal a Sirene, ed. 01 – março de 2016

Pensar os danos imateriais foi algo difícil de imaginar num primeiro momento. Se você perdeu o álbum de fotos da infância, seu álbum de casamento, o plantio de uma horta inteira feita pelo seu próprio trabalho, árvores frutíferas do seu quintal, que te davam acesso a frutas livres de agrotóxico e sem custo a poucos passos da sua cozinha, o quintal que você brincava com seus primos nas festas de família, a varanda onde você pendurava sua rede pra tirar aquele cochilo pós-almoço, apreciando a natureza e o silêncio que circulam sua propriedade...

O dano existencial consiste na violação ou ofensa a qualquer um dos direitos fundamentais da pessoa implicando em uma afetação negativa em seu projeto de vida ou vida de relações. Essa afetação negativa significa um impedimento ou obstaculização do modo de ser do indivíduo, das relações ou das atividades (de subsistência, laboral, educacional, de lazer, social, cultural etc) por ele desenvolvidas em seu projeto de vida (Sabongi e Almeida, 2017, p. 2798). (citado em ATEMAB, 2019, p.35)

Pra mim foi difícil imaginar. Então fui aprendendo com a equipe, que já tinha atuado no projeto de Barra Longa com a mesma assessoria técnica, e já tinham criado algumas estratégias de valoração. Me envolvi academicamente com o tema mas, além disso, me interessei pelas diversas tramas que surgem quando adentramos esse mundo. As questões sociais, ambientais, econômicas, políticas, imagéticas e psicoemocionais, uma rede de elementos que se atravessam a todo o tempo e formam um caminho de disputas e lutas. Assim, ainda na graduação, decidi

falar sobre danos imateriais como forma de pensar os meios de reparação, principalmente sobre as narrativas de atingidos, como forma de reafirmar e legitimar os desastres e os danos sofridos, frente os processos de burocratização da empresa ao lidar com esse momento “pós”-desastre, onde as medidas compensatórias começam a ser pensadas, e também categorizadas, negligenciadas e simplificadas.

Na pesquisa de mestrado, o assunto da monografia foi estendido. Com as disciplinas do curso, e os debates em sala, acabei mudando completamente meu objeto de pesquisa. O ano era 2024, ano de olimpíadas sediada pela França, e eu como apreciadora do mundo esportivo estava em casa acompanhando as transmissões. Me chamou atenção como no intervalo de diversos jogos, durante os pequenos momentos de pausa entre um competidor e outro, surgiam publicidades rápidas da mineradora Vale, associando suas atividades na mineração aos elementos que constituíam as estruturas do esporte em questão: quadras, corrimãos de skate, pistas, arenas, obstáculos, rampas, telões, barras etc. As associações eram entoadas por um viés neoliberal do progresso, do benefício coletivo, do avanço tecnológico como facilitador e como um vínculo à qualidade de vida.

Nessa mesma semana eu estava lendo para uma aula de métodos o ensaio de Max Weber “Sociologia da imprensa: um programa de pesquisa”, onde o autor propõe a fundação de um campo de estudos dedicado à imprensa. Na visão do autor, não se trata da análise do conteúdo, mas das ações sociais que atravessam o fenômeno jornalístico, os editores, os proprietários, as instituições e os leitores que interagem com a imprensa (2002). A proposta do ensaio era investigar como elementos variados, como estrutura técnica, economia, investimentos, política, o teor das produções, o ethos profissional dos jornalistas e a influência entre imprensa e opinião pública se relacionam na sociedade moderna.

Essa pesquisa une a reflexão sociológica e minhas inquietações sobre a temática dos desastres, para propor pensar como a Samarco, controlada pela Vale e pela BHP³, produz seus conteúdos de imagem no seu site oficial, após o desastre de Mariana e como gera influências através do enquadramento de suas próprias atividades.

³ A BHP é uma das maiores empresas de mineração do mundo, de origem australiana e com atuação global. Fundada em 1885 como Broken Hill Proprietary Company, a empresa se consolidou ao longo de mais de um século e, em 2001, fundiu-se com a Billiton PLC, dando origem à BHP Billiton, posteriormente rebatizada como BHP. Disponível em: <https://www.britannica.com/money/BHP-Billiton>.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto de análise conteúdos produzidos no site oficial da mineradora Samarco após o desastre de Mariana, em comparação com os conteúdos produzidos pelo jornal A Sirene, criado e desenvolvido pelos atingidos. Destaco que mesmo o foco de análise da pesquisa, sendo o nome Samarco, devemos ter em mente que a multinacional brasileira Vale S.A., possui 50% dos direitos sobre a empresa Samarco, e ambas como mineradoras, seguem o mesmo modelo de conduta e análise da Rede Global de Produção (RGP) no que diz respeito ao gerenciamento de imagem e dos “problemas sociais” (MILANEZ, 2019) decorrentes das atividades do capital corporativo, em específico na área de produção mineral, através de estratégias na produção de conteúdo após e sobre o rompimento da barragem do Fundão (Mariana - MG).

Evitando partir de uma definição genérica sobre o capitalismo, a pesquisa orienta a análise de estratégias corporativas, na área da mineração a partir das reflexões de Henri Acselrad (2021,2022), que oferecem um quadro conceitual de estudos ideal particularmente em seus trabalhos sobre as interfaces entre capitalismo, crise ambiental e modernização ecológica (ACSELRAD, 2018, 2020) ideal para a análise das estratégias empresariais aqui expostas.

Seguindo o pensamento da bibliografia usada, o capitalismo não responde às crises ambientais e sociais apenas por meio de inovações técnicas ou de mercado. O capitalismo, nessa perspectiva, não é compreendido como uma essência abstrata que se repete de forma geral em todos os contextos. Ele se manifesta de maneira concreta nas práticas, nos discursos e nas formas de organizar o espaço e as relações sociais. O capitalismo extrativo, no caso central da pesquisa, é entendido como um regime produtivo que não apenas extrai recursos naturais, mas também produz significado sobre sua imagem e a imagem de seus produtos, buscando legitimar essas atividades, ordenar territorialmente os conflitos e apresentar as corporações como agentes da solução, mesmo quando os impactos negativos persistem. É um capitalismo que opera pela disposição de elementos que constituem mentalidades ao mesmo tempo que pela exploração material. Ele opera então a partir da produção de conteúdos estratégicos, principalmente após grandes desastres socioambientais, como os casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019)

Para se manter na competitividade do complexo mineral-industrial agregando valor e se atualizando sobre questões socioambientais, essas empresas precisam se recuperar do aumento de poder dos concorrentes, da mudança de padrão dos financiadores e do aumento de relevância do mercado de capitais através de estratégias de influência do Estado (Milanez. 2019. p.2), mesmo após crises de imagem, como por exemplo: redução do custo operacional somado a precarização do trabalho e impactos ambientais. Assim, a pesquisa se interessa pela perspectiva de abordar como essas estratégias aparecem nos conteúdos de imagens produzidos após grandes crises, como por exemplo os desastres de Mariana (2015) e Brumadinho (2018). Porém ressalto que o recorte central é a partir de Mariana, já que é o primeiro grande desastre associado aos nomes citados e também o ponto central dos conteúdos apresentados no jornal A Sirene.

O objetivo desta análise é portanto, compreender como esses nomes apresentam seus conteúdos produzidos em seus sites oficiais, utilizando estratégias que rodeiam os participantes da Rede Global de Produção, mesmo após grandes desastres marcados pela divulgação jornalística e midiática.

É adotada uma abordagem metodológica qualitativa, organizada em dois eixos principais:

- 1) Revisão bibliográfica e documental para caracterizar a Samarco (e consequentemente a Vale) como corporação e contextualizar os desastres, com base em relatórios e laudos técnicos.

- 2) Exame de conteúdos produzidos pela mineradora Samarco e pelo jornal “A Sirene”. A coleta de dados privilegia materiais veiculados pela Samarco em seu site oficial, que é um espaço destinado a apresentação de projetos para pessoas interessadas e à prestação de conta.

As análises se apoiam no teor dos conteúdos através de enquadramentos, observando os principais temas mencionados no site da mineradora e no jornal, elementos destacados e eventos marcantes mobilizados para trabalhar sua imagem no período pós-desastres.

Para alcançar este entendimento, a pesquisa percorreu um caminho que articula a caracterização das mineradoras e do desastre a partir de uma base sociológica e a análise de estratégias corporativas contrastada com a produção de conteúdo de um veículo de mídia alternativa. É feito um levantamento qualitativo sobre o caso, mostrando causas, dimensões e impactos. Este trabalho mostrou que os

rompimentos das barragens do Fundão (Mariana – MG) e posteriormente a do Córrego do Feijão (Brumadinho – MG) foram resultado de um modelo de gestão que priorizou sistematicamente a produção e o lucro sobre a segurança, corroborado por relatórios técnicos falsificados e pela negligência de avisos prévios sobre a instabilidade das estruturas. Os danos de 19 vidas perdidas em Mariana e 272 vidas perdidas em Brumadinho, a devastação do Rio Doce e do Rio Paraopeba, o deslocamento compulsório de comunidades inteiras e o profundo trauma psicossocial documentado pelo aumento de 400% na busca por atendimento psicológico de um dos municípios atingidos, por exemplo, são entendidos como a manifestação de alguma das consequências de tal lógica operacional.

Para compreender essa lógica, a pesquisa caracteriza a mineradora como um ator político e econômico, cujo modelo de operação, baseado no modelo de Rede Global de Produção (RGP), e também é envolvida por uma rede de influência junto ao Estado e parcerias com conglomerados midiáticos. Nos territórios onde se instala, estabelece relações de dependência mútua, porém assimétrica, oferecendo empregos, patrocínios e programas sociais em troca de uma base de legitimidade social que permite a naturalização de seus riscos e impactos (Milanez. 2019). Esta fundamentação serve como base para sequência da dissertação.

O centro do estudo está na desconstrução das estratégias corporativas postas em prática após os desastres a partir de uma análise contrastiva que se apresenta em confronto com a versão oficial da mineradora Samarco, com a narrativa construída por pessoas diretamente atingidas pelo desastre. Para isso, a pesquisa foi delimitada a partir de duas fontes primárias fundamentais. De um lado, foi analisada a produção de conteúdo apresentado no site institucional da Samarco, com ênfase na seção “Reparação” e, sobretudo, na sua “linha do tempo de 10 anos”, que narra os eventos pós-rompimento da barragem do Fundão. Do outro lado, oposto a essa versão, está o material produzido pelo jornal comunitário e militante “A Sirene – Para não esquecer”, criado por atingidos e apoiadores, cujas edições mensais mostram relatos cotidianos das lutas, conquistas e violências veladas que marcam o processo de (não) reparação ao longo de uma década.

O exercício de análise é baseado num recorte cronológico dos 10 anos do desastre de Mariana (MG). A linha do tempo com eventos destacados pela Samarco privilegia marcos institucionais, como a assinatura de acordos (TTAC, TAC, Novo Acordo do Rio Doce) e a criação da fundação Renova e silencia anos inteiros (2017,

2019, 2020, 2022). A análise das edições de “A Sirene” mostra uma realidade processual diferente e de maior extensão. O jornal expõe, ano a ano, as conquistas obtidas pela mobilização popular (como o reconhecimento de cadastros alternativos, a garantia de assessorias técnicas independentes, as disputas por prazos e as vezes que as acusadas recorreram aos processos com valores e medidas indenizatórias definidas, prazos para reassentamentos e a luta pelo direito à memórias) expondo um pouco da morosidade do modelo de reparação. Além disso, o jornal compartilha elementos dos modos de vida ali estabelecidos antes do desastre: relatos de moradores, vínculos comunitários e afetivos, circulação econômica, questões culturais etc.

A pesquisa buscou expor como é construída e divulgada uma mentalidade específica, e quais elementos são acionados nesse processo de produção de conteúdo sobre o desastre apoiada nas definições do “desastre sociológico”. O foco foi elucidar como as estratégias da Samarco, materializadas em sua linha do tempo, são projetadas para fazer predominar a imagem de “proativa” e “resoluta” ancorada no modelo analítico das Redes Globais de Produção (RGP), que permite enxergar a mineração não como atividade isolada, mas como um sistema transnacional integrado funcionalmente, envolvendo os conceitos de valor, poder e enraizamento para apoiar a compreensão das corporações ao se inserirem e negociarem suas permanências em territórios.

A hipótese acima guia este trabalho e visa observar que tais estratégias não se limitam a lavagem de imagem, mas constituem uma tecnologia de poder essencial para a perpetuação do seu modelo de negócios. Através de uma narrativa elaborada, buscam: (1) transformar um crime em uma tragédia, deslocando a discussão do campo da responsabilidade para o do fatalismo; (2) apresentar a si mesma como a única entidade capaz de reparar os danos que causou, capturando o discurso da “reparação” e o convertendo em novas oportunidades de negócio e valorização de sua imagem; e (3) construir um senso comum de que a interrupção de suas atividades é incompatível com a ideia de progresso nacional e prosperidade tecnológica.

A perspectiva do desastre sociológico colabora para pensar os mecanismos que permitem moldar sua imagem e proteger seu modelo de negócios. A atualidade deste tema torna-se mais evidente quando observamos o debate político atual em torno de propostas legislativas como o Projeto de Lei 15.190/2025, popularmente

apelidado de “PL da devastação”, que defende a ampliação da autorregulação empresarial.

A partir desse cenário, a primeira razão para a relevância deste estudo reside na necessidade de expor as estratégias de comunicação corporativa. Os rompimentos das barragens foram resultado de um modelo de gestão que sistematicamente priorizou a lógica de produção sobre a segurança. A pesquisa demonstra como essas corporações, em resposta às crises, mobiliza um aparato discursivo que inclui a apropriação de termos como “mineração segura” e “compromisso social”, a criação de uma narrativa de “mineração do futuro” e a gestão da reparação através de sua própria fundação, a Renova, que a permite mostrar que está tomando medidas efetivas em prol da reparação e ao mesmo tempo estar na posição de controle, decisão e julgamento. Compreender estas táticas é fundamental para que não sejamos embalados coletivamente por narrativas que transformam crimes corporativos em tragédias fatalistas e convertem a obrigação de reparar danos em novas oportunidades de transformação de imagem e consequentemente de lucro, já que novos programas são projetados no processo da reparação.

A pesquisa reforça o alerta aos perigos da autorregulação que o Projeto de Lei 15.190/2025 propõe ao flexibilizar mais ainda regulações ambientais, mapeamentos territoriais e gestão de risco, tirando as responsabilidades das mãos do Estado e as colocando quase que completamente na do capital privado. O desastre de Mariana ocorreu precisamente em um contexto onde os mecanismos de fiscalização foram fragilizados e a empresa utilizou certificados de estabilidade falsos fornecidos por uma auditoria terceirizada. Este caso (e diversos outros, no âmbito nacional e internacional) é mais um exemplo de que, quando uma corporação tem o poder de controlar a informação sobre o teor do que cerca suas próprias atividades, o conflito de interesse é inevitável. A pressão pela redução de custos e o aumento da produção invariavelmente ultrapassam os investimentos em segurança na ausência de um controle rigoroso.

CAPÍTULO 1: CAPITALISMO DE DESASTRES

1.1. Conceituação do desastre pela perspectiva sociológica

Os desastres são frequentemente associados a fenômenos da natureza. Períodos de grande volume de chuvas, tempestades e ventos tropicais que geram, em certas planícies, áreas de alagamento e deslizamentos, são de fato fenômenos naturais, no entanto, o desastre do qual falamos e suas proporções estão diretamente relacionados a processos sociais.

Desastre, por definição etimológica, refere a algo que causa um sofrimento excessivo. Vemos esse caráter através das reações populares, no momento de emergência dos casos, sempre acompanhadas de adjetivos como “trágico”, “sofrido” ou “chocante”, deixando evidente neste momento uma grande comoção coletiva. O desastre através do olhar sociológico, por sua vez, se apresenta como processo social e se justifica na forma como aumenta desigualdades existentes nas organizações sistêmicas da modernidade capitalista.

Como destacam alguns autores dentro das ciências sociais, a compreensão desses eventos exige uma análise que vá além da simples atribuição natural às suas causas. É preciso incorporar fatores políticos, econômicos e históricos para perceber a desigual distribuição de causas e sua duração. A incompreensão institucional sobre os desastres contribui para a repetição dos casos. Vemos essa repetição tanto em desastres climáticos, com grandes chuvas quanto em desastres corporativos como os da área mineradora por exemplo.

Podemos observar dois tipos de desastres, os climáticos e os corporativos. Pensando nos climáticos, podemos ver como esse tipo de evento evidencia o processo de “desfiliação social” (Valencio, 2013), no qual populações segregadas perdem gradualmente seus vínculos com redes de proteção social, tornando-se mais suscetíveis a tragédias. Esse conceito ajuda a entender por exemplo, o caso de São Sebastião em 2023, onde as chuvas intensas e deslizamentos afetaram predominantemente bairros com pouca infraestrutura, sem escoamento de água e com habitações construídas em encostas como consequência direta de décadas de políticas urbanas excludentes e a seletividade de investimentos em infraestrutura adequada. A partir dessa perspectiva podemos entender que não existem desastres naturais (Smith, 2006), no caso do nicho climático, vemos como eventos da natureza que se transformam em grandes tragédias com risco humano devido a negligência de

populações historicamente precarizadas pela organização social. Já no caso dos corporativos, a origem não é um fenômeno natural atravessado por marcadores do contexto social, mas sim a ação humana, a atividade produtiva ligada a grandes corporações.

Para continuar pensando os tipos de desastres, pode-se pensar o furacão Katrina. Vemos como categorias de raça e classe determinaram quem seria protegido e quem seria abandonado aos próprios cuidados durante um momento de crise, neste caso originalmente iniciada por uma tempestade tropical. A partir do conceito de "ambientalidade crítica do capitalismo" vemos como o modelo econômico dominante produz sistematicamente vulnerabilidades ambientais em populações específicas a partir de práticas como a ocupação precária do território e fragilidade do corpo de assistência municipal demonstrando uma tolerância aos modos de vida precarizados de populações, até o contexto emergencial se instaurar e demandar que alguma atenção seja dada a isso (Acseirad, 2021). Assim, vemos nesse cenário como a transferência de riscos para populações periféricas são características intrínsecas do desenvolvimento das formas de organização moderna.

Essa incompreensão institucional dos desastres como falamos acima, pode ser refletida quando vemos o entendimento do desastre apenas como o momento que o evento irrompe. Tudo que acontece após isso, é entendido como "pós- desastre", como quem diz que o perigo já passou. Além desta limitação da dimensão real do fenômeno demonstrar uma minimização de quanto os efeitos duram e se estendem na vida das pessoas, seja por falta de políticas de reconstrução efetivas, seja pelo "capitalismo de desastre" que por sua vez, representa uma fase particular do desenvolvimento capitalista na qual as crises, sejam econômicas, políticas ou ambientais, são transformadas em oportunidades para a implementação acelerada de reformas neoliberais e para processos de acumulação por despossessão ou consignação de crédito com maior facilidade, ou ainda a flexibilização de dívidas do município.

Ou seja, como vemos no exposto, algumas coisas de interesse maior são selecionadas para serem o foco da atenção, ao invés de pensar em políticas efetivas de prevenção, reconstrução e principalmente treinamento efetivo da população. Já que os riscos (que conseguimos prever por análises científicas, meteorológicas ou geográficas) são produzidos e administrados pelas estruturas de poder, se sobrepõem aos interesses econômicos, então podemos entender que a repetição em áreas já

conhecidas e em maiores escalas é uma realidade próxima. Agora que começamos a linha de pensamento por um tipo de desastre, seguimos pensando em um outro modelo, o desastre produzido pelas ações humanas a partir de cálculos políticos e econômicos. Pego alguns conceitos tratados acima para aplicá-los a esse outro modelo.

1.2. Caracterização dos desastres: do "capitalismo de desastre" à produção social da vulnerabilidade

Naomi Klein introduz o conceito de "capitalismo de desastre" para descrever como crises e desastres são instrumentos da reforma neoliberal (2007). De acordo com Klein, os desastres não trazem apenas a necessidade de reconstruir, mas também de reconfigurar a estrutura econômica visando o lucro. A exploração do momento de caos que gera o choque, pós desastre, permite que corporações e governos tentem enfraquecer organizações sociais e políticas, aprofundando a desigualdade em momentos de vulnerabilidade. Assim, setores privados crescem com a oferta de serviços essenciais.

Os desastres não devem ser entendidos pela via do "natural" (VALENCIO, 2009), como apenas fenômenos ou eventos isolados. A construção social do desastre envolve algumas coisas. É necessário levar em conta elementos diversos que estão no meio onde os desastres ocorrem, como a desigualdade socioeconômica, a desassistência estatal e principalmente relações de poder. O desastre reflete e potencializa as formas de funcionamento na esfera social, portanto, seus impactos e consequências não se desenrolam de forma igualitária. Um exemplo dessa distribuição desigual entramos nas respostas aos desastres e formas de gestão. Alguns grupos são priorizados na ordem de aplicação de políticas de gestão de risco com assistências burocráticas e clientelistas que priorizam determinados setores, favorecendo elites já estabelecidas.

A partir da lógica da autora, entende-se que o capitalismo opera numa lógica de competição constante, onde o aumento da produção, a redução de obstáculos e a captação de lucro imperam. A força de trabalho transforma os recursos com o auxílio de maquinários e ferramentas. Assim, mesmo com as evoluções técnico-científicas, a força dos trabalhadores é o ponto de partida desse processo de transformação de matéria disponível em lucro, com a apropriação privada do trabalho coletivo. Com base neste funcionamento, como aumentar o lucro e reduzir os gastos de produção? Com o aumento da escala de trabalho junto da estagnação salarial. Então esse processo

de exploração massiva vem não só dos recursos naturais mas também da força de trabalho.

Além disso, o capitalismo não se mantém apenas pela exploração econômica; ele também necessita de instrumentos políticos, como a reafirmação do status de poder, que garante a opressão de grupos poderosos sobre grupos minoritários. Historicamente vemos isso refletido na divisão de duas classes: os capitalistas, detentores dos meios de produção, e o proletariado, ou a classe trabalhadora, detentora de sua própria força de trabalho. A garantia dessa desigualdade aqui assegura o capitalista nas suas condições de poder.

Além da obsolescência desses sistemas é refletida na necessidade constante de criar novos desejos individuais, e diversas pautas são apropriadas em função disto, do lucro como fim último. Vemos isso com pautas raciais, de identidade de gênero, de orientação sexual e mais recentemente estão em alta as pautas ambientais, que mesmo em contexto histórico alarmante, são utilizadas como fontes de consumo e engajamento.

Essa palavra que vemos em alta em narrativas corporativas diversas, a “descarbonização” por exemplo, foi adaptada mercadologicamente ao incentivar a troca de carros a combustão, para os carros elétricos. Vendidos com o slogan do “sustentável” mascaram a necessidade de extração de lítio em regiões de Minas Gerais e outros países como o Chile, a Bolívia e a China, para composição de baterias e os planejamentos de descarte em massa. Embora sejam apresentados como soluções sustentáveis, esses veículos dependem de baterias de lítio, cuja extração destrói regiões inteiras com a degradação do meio.

Por isso devemos estar atentos ao que está oculto (vago, sem classificação, o que está silenciado, o que não se quer mostrar, ou fugir da responsabilização) em discursos ou narrativas. Há um exercício crítico e analítico a ser feito, logo, interpretações reducionistas vindas do “natural” ou da “adaptação” apenas reforçam essa lógica e não agregam em nada no seu enfrentamento.

A produção excessiva e o consumo desenfreado é uma condição de manutenção desse sistema. Os produtos são pensados para a expansão em diversos setores e apresentados para seus compradores como uma forma de participação e pertencimento, algo necessário e desejado. Esse processo de criação de novas necessidades e mercadorias ocorre desde o surgimento do capitalismo industrial, no

século XVIII, e só cresce nos dias atuais.

O avanço da ciência e da tecnologia desempenha papel central nessa dinâmica. E vemos ele fortemente presente em publicidades corporativas. O foco não é falar nas técnicas de produção e em consequências. Aliás, a única consequência apresentada é o beneficiamento coletivo, que guiado pelo discurso neoliberal, apresenta às camadas sociais a possibilidade de inovação, desenvolvimento e facilitação da vida.

As guerras anteriormente garantiam esse processo cíclico de exploração, acumulação de riquezas e continuidade das atividades lucrativas, hoje aplicamos isso aos desastres mas principalmente a permissão de suas recorrências. Essa repetição não é uma preocupação mas sim, uma garantia de renovação e aumento de produção visando sempre o acúmulo de capital.

Seguindo a trilha de pensamentos das duas autoras, Noma Valêncio e Naomi Klein, entende-se a destruição como mais uma ferramenta de expansão do capitalismo, e os desastres como oportunidade de valorizar o capital e não apenas como um evento de tragédias e perdas. Se há destruição, há também a necessidade de reconstrução, assim investimentos e lucros rodam em diversos setores. A perda pode até ser sentida de forma individual, por pequenos produtores, mas o sistema não sofre dano, já que grandes e médias corporações contam com seguros e outras garantias. Grandes desastres e guerras historicamente estimularam avanços tecnológicos. Assim, a reprodução e expansão do capitalismo lucra com desastres. Seja na reconstrução feita por empreiteiras privadas, pela diversidade tecnológica ou pela mudança na força de trabalho. A repetitividade de desastres beneficia o sistema de acumulação capitalista, na medida que as formas de reconstrução se apresentam como formas lucrativas a partir de alianças com empreiteiras ou prestadoras privadas de serviços, que permitem o apoio mútuo entre poder público local e capital privado.

1.3. Desastres corporativos no contexto atual das mudanças climáticas

A partir dos conceitos tratados no capítulo anterior, a pesquisa segue agora ao ponto de análise com outro tipo de desastre. Não mais o desastre climático estará em questão, mas agora, o desastre corporativo. Os desastres corporativos ou empresariais representam uma categoria específica de eventos socioambientais que revelam as contradições fundamentais do modelo de desenvolvimento hegemônico, resultante de eventos danosos resultados da ação do homem, sendo ela nos

aparelhos de controle e gestão ou nas negligências do risco. Como demonstra Acsehrad (2021), esses fenômenos não podem ser compreendidos como meros "acidentes industriais" ou falhas operacionais pontuais, mas sim como manifestações agudas de uma lógica econômica que sistematicamente privilegia a acumulação de capital sobre a proteção da vida.

A análise de casos emblemáticos como os rompimentos das barragens de Fundão em 2015 e Córrego do Feijão em 2019 no estado de Minas Gerais, revela padrões repetitivos na produção desses desastres e na desigual distribuição de suas consequências. Em primeiro lugar, observa-se uma ampla flexibilização de protocolos de segurança sob o benefício financeiro da continuidade da produção, sem a implicação em paralisação de atividades em prol de aprimoramentos de segurança. Também é possível observar as relações hierárquicas envolvidas numa espécie de gestão das formas de vida, baseadas no deslocamento compulsório e alteração nas formas de vida e laços comunitários, de territórios apropriados pela expansão das atividades industriais. Os relatórios de auditoria ambiental (GIFFONI 2021) em vez de cumprirem sua função preventiva, foram transformados em instrumentos de legitimação de práticas empresariais arriscadas, criando o que os autores denominam de "culturas organizacionais da negligência".

Um segundo aspecto fundamental diz respeito às estratégias pós-desastre das corporações envolvidas. O chamado "capitalismo de desastre" (KLEIN, 2007) se manifesta na forma como as empresas buscam transformar momentos de crise e desorientação coletiva em novas oportunidades de valorização do capital, através, entre outras coisas, da terceirização de serviços de reparação. Esse fenômeno fica evidente nos casos brasileiros, onde as mesmas empresas responsáveis pelos desastres assumiram contratos multimilionários para executar as obras de reparação, configurando um "ciclo perverso da acumulação por destruição" (VALÊNCIO, 2010).

A dimensão socioespacial desses desastres merece atenção especial. Os impactos não se limitam aos danos imediatos, mas geram processos de mudança completa de formas de fazer e existir. A reconstrução de Bento Rodrigues após o desastre de Mariana, por exemplo, seguiu lógicas urbanísticas que ignoraram completamente as dinâmicas sociais e culturais pré-existentes, impondo um modelo alheio às necessidades e tradições dos moradores e que atendiam mais a uma lógica de impulso econômico, como será possível conferir alguns capítulos a frente, a partir da fonte jornalística "A Sirene"

CAPÍTULO 2: A SAMARCO E A VALE NOS DESASTRES EM MINAS GERAIS

2.1. Mariana (2015): o rompimento da barragem de Fundão

Neste capítulo é feita a apresentação do desastre de Mariana, a partir de fontes documentadas, por veículos jornalísticos e revistas informativas independentes, que circulam seus conteúdos audiovisuais no canal do youtube. Todos os links de acesso estarão disponíveis nas notas de rodapé, tornando possível a relação entre falas aqui citadas e narrativas pessoais de atingidos participantes dos documentários.

Por volta de 16:50 da tarde, no dia 5 de novembro de 2015 o distrito de Bento Rodrigues em Mariana (MG), foi violentamente transformado para sempre.

Atingido:

"Eu ouvi um barulho como se fosse um avião caindo. Quando olhei vi a lama vindo. Saí correndo mas minha vizinha não conseguiu escapar e ficou presa nos escombros ", diz Maria das Graças, moradora da região atingida pelo desastre ocasionado pelo rompimento da barragem de Fundão⁴.



Figura 3 Rio Gualaxo, aluente do Rio Doce, no dia do rompimento da barragem da Samarco, em Mariana, e atualmente (imagem inferior) – Foto Fundação Renova/Arquivo. Retirado de: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/11/01/mariana-recuperacao-ambiental->

⁴ Trecho retirado de uma entrevista concedida ao documentário “Memórias Rompidas” disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=uxGORp0HGic>. Acesso em: 14 jun. 2025.

De acordo com noticiários e matérias jornalísticas do período, um mar de lama soterrou casas, escolas, praças, comércios locais, vínculos e histórias de vida. O rompimento da barragem do Fundão, controlada pela Samarco Mineração S.A. (uma *joint venture*⁵ entre a Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton) foi responsável pelo maior desastre socioambiental em território nacional até então, com impactos que, ao contrário do que afirmam alguns especialistas, duram até hoje, dez anos após o caso.

Antes de seguirmos, explicarei brevemente o que é e como funciona uma barragem de rejeitos da indústria mineradora. As barragens de rejeito na mineração, são estruturas de contenção projetadas para armazenar os resíduos gerados durante o processamento de minérios. Estes rejeitos consistem numa mistura de água, partículas finas de minério, areia e, em muitos casos, substâncias químicas. Existem diferentes métodos de construção dessas barragens, sendo os principais os sistemas a montante (upstream), a jusante (downstream) e de linha de centro (centerline⁶).

Uma barragem de mineração é composta por alguns componentes essenciais para sua operação e segurança⁷: 1- O dique principal, geralmente construído com rochas compactadas, tem a função de conter a massa de rejeitos. 2- O sistema de drenagem, com drenos horizontais e chaminés, controla o nível da água dentro da barragem para evitar saturação e ruptura. 3- A "praia" de rejeitos é a área onde os resíduos são depositados e ocorre a separação entre água e sólidos (se esta área apresenta umidade em excesso, pode contribuir para o enfraquecimento de toda a estrutura).

Os rompimentos geralmente ocorrem devido a uma combinação de fatores técnicos e humanos. Entre as causas mais comuns estão falhas no projeto ou construção, como uso de materiais inadequados ou alteamentos mal executados; má gestão da água acumulada, que pode levar à liquefação dos rejeitos; falta de monitoramento adequado que ignore sinais de risco como rachaduras e infiltrações; e pressão por produção que leve ao descumprimento de normas de segurança. Neste caso, iremos conferir grande parte da criminalidade do caso aos falsos relatórios de

⁵ Associação de sociedades, sem caráter definitivo, para a realização de determinado empreendimento comercial, dividindo as suas obrigações, lucros e responsabilidades.

⁶ Upstream (a montante): A barragem é construída em etapas para cima e para dentro, sobre o rejeito já depositado. Downstream (a jusante): A barragem é construída diretamente sobre uma fundação estável, avançando para fora (encosta abaixo). Centerline (linha de centro): A barragem sobe verticalmente, mantendo o eixo central fixo, combinando aspectos dos dois métodos anteriores.. Ver mais em: <https://cphmc.com.au/project/tailings-dam-raise-2016/>.

⁷ "A Brief History of: The Mariana Disaster" (2020) disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ufbFBQ5gECU>. Acesso em: 14 jun. 2025.

instabilidade produzidos por empresas terceirizadas, como veremos mais à frente, no caso de Brumadinho.

A estrutura em questão, ao romper, liberou 43,7 milhões de metros cúbicos de lama, um volume suficiente para encher 18 mil estádios do Maracanã. Os relatos dos sobreviventes são uma das ferramentas mais valiosas para nos orientar sobre a dimensão da tragédia, como um pescador atingido de Governador Valadares: *"O rio que era nossa vida virou um cemitério. Os peixes morreram e a água ficou vermelha. Nunca mais pescamos como antes"*⁸⁷. A lama tóxica não se conteve a poucos quilômetros ou aos limites das comunidades. Ela desceu pelas encostas e chegou até o Rio Doce (principal fonte de água para 3,5 milhões de pessoas em 230 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo) levando 17 dias para percorrer 663 km até desembocar no oceano Atlântico.

Rapidamente passando pelo dano ecológico e biodiverso de fauna e flora, falamos da mortandade de toneladas de peixes e de níveis adoecedores devido a presença de metais pesados como mercúrio, arsênio e chumbo na água⁹. Mais de 1.400 hectares de vegetação nativa incluindo áreas de Mata Atlântica foram destruídos enquanto o assoreamento do Rio Doce alterou seu curso em vários trechos aumentando o risco de enchentes e alterando os modos de vida que se utilizavam da pesca para subsistência ou comércio.

⁸ Trecho retirado de entrevista concedida ao documentário "Lama - O crime Vale no Brasil". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DFLltmu8c48>. Acesso em: 14 jun. 2025.

⁹ Estudos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2020.



Figura 4 Resplendor (MG) – Imagem aérea mostra a lama no Rio Doce, na cidade Resplendor (Fred Loureiro/ Secon ES). Retirado de: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-desastre-de-mariana-e-fragmentacao-licenciamento-ambiental>.



Figura 5 Imagem aérea após ruptura da barragem. Retirado de: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-desastre-de-mariana-e-fragmentacao-licenciamento-ambiental>.

A Samarco ignorou diversos avisos de rachaduras na estrutura e no sistema de drenagem, priorizando o ritmo produtivo e a valorização de seu capital. Após o desastre, multas bilionárias foram aplicadas à empresa, o Fundo de Recuperação da Bacia do Rio Doce foi criado, no entanto, muitas famílias ainda não foram

adequadamente indenizadas e reassentadas, quase dez anos depois. Vemos que o desastre não é apenas o momento emergencial do caso, mas sim todo esse longo processo de afetações e danos que se prolongam e adoecem os atingidos envolvidos. O caso poderia no mínimo ecoar como alerta na prevenção ou na mudança de formas de produção, que trazem valorização à vida e ao meio ambiente frente a valorização do lucro, mas como veremos a seguir, essa está longe de ser a realidade.

2.2. Brumadinho (2019): o rompimento da barragem do Córrego do Feijão

Três anos após Mariana, assistimos à repetição da tragédia em proporções ainda maiores. No dia 25 de janeiro de 2019¹⁰, por volta de 12h28, o rompimento da Barragem I do complexo Córrego do Feijão, seguido pelas barragens B-IV e B-IV-A, operada pela Vale S.A., rompeu-se em Brumadinho, liberando 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro que avançaram massivamente sobre a região, após a empresa multinacional de serviços alemã TÜV SÜD, especializada em ensaios técnicos de certificação, emitir certificados de estabilidade falsos, que revelam as falhas no sistema de fiscalização.

No caso Mariana a proporção de rejeitos, segundo relatos em primeira pessoa, foi maior e a lama avançou com uma certa “lentidão”, entre muitas aspas. Porém no caso Brumadinho, a lama tóxica levou minutos para atingir as comunidades, o deslocamento foi muito rápido e não deu mais que alguns poucos minutos para que algumas pessoas pudessem fugir e alertar seus companheiros de trabalhos e amigos. Em menos de 10 minutos, a lama destruiu completamente a área administrativa da mineradora, e o refeitório de funcionários construído criminosamente ao lado da barragem. Priorizar a construção de um refeitório que atende a todos, trabalhadores e terceirizados, tão perto de uma estrutura de risco, mostra mais uma vez, como a principal preocupação da empresa era perder o mínimo de tempo para manter as atividades funcionando a todo vapor, e sua produção cada vez maior. Como vimos acima, o desastre ocorreu no horário de almoço, assim, centenas de funcionários (maior parte das baixas) almoçavam juntos.

Aproximadamente 10 quilômetros ao redor da estrutura foi completamente arrasado, deixando um cenário irreconhecível e em meio a isso, deixando à própria sorte, pessoas que lutaram por suas vidas e pela vida de seus amigos e parentes.

¹⁰ <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/07/25/brumadinho-saiba-como-estao-os-trabalhos-da-defesa-civil-bombeiros-e-ministerio-publico-6-meses-apos-tragedia-da-vale.ghtml>.

Foram assassinadas de maneira criminosa, e passaram seus últimos momentos voltados a atender as demandas produtivas da corporação responsável.

A partir de conferências em fontes jornalísticas e no site oficial da empresa responsável¹¹ é possível saber sobre os números finais temos: 272 mortos (sendo 259 corpos recuperados e 13 desaparecidos considerados mortos pela Justiça), além de imensuráveis danos ambientais. O IML forneceu a informação de que cada corpo teve até 900 segmentos encontrados¹², tamanha violência do impacto. As famílias foram questionadas se desejavam receber os informes, mas a maioria optou não ser notificada. Entre as vítimas estavam não apenas trabalhadores da Vale, mas também moradores de comunidades próximas, terceirizados contratados da Vale e até mesmo passageiros que estavam em um ônibus que foi varrido pela lama na rodovia MG-040.

Atingido:

*"Vi colegas sendo engolidos pela lama enquanto corríamos colina acima. Era como um filme de terror, só que real"*¹³, contou um funcionário que sobreviveu ao trabalhar em um setor mais alto da mina. Outra testemunha, moradora da região, descreveu:

Atingido:

*"O barulho era ensurdecedor. Quando olhei, era como se a montanha inteira estivesse derretendo e vindo em nossa direção."*¹⁴

A dimensão do desastre foi ampliada pela velocidade da lama e pela localização de construção das barragens (construída a apenas 1,5 km de áreas habitadas e próxima a importantes vias de transporte). Os rejeitos atingiram violentamente o Rio Paraopeba, um importante afluente do São Francisco, contaminando suas águas com metais pesados e afetando o abastecimento de várias cidades e formas de vida e meios de subsistência. Estudos do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) detectaram níveis de ferro 21 vezes acima do permitido no rio uma semana após o rompimento, enquanto imagens de satélite mostraram a mancha de rejeitos avançando mais de 300 km pelo curso d'água.

¹¹ <https://vale.com/pt/esg/brumadinho>

¹² Para entender mais sobre olhar: <https://www.otempo.com.br/cidades/brumadinho-mapa-inedito-revela-localizacao-de-vitimas-da-tragedia-1.2801426>.

¹³ Trecho retirado do documentário no youtube da BBC news "Brumadinho: o documentário da BBC (PARTE 1)". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YIN02W40UTE>. Acesso em 14 de junho de 2025.

¹⁴ Trecho retirado do documentário no youtube da BBC news "Brumadinho: o documentário da BBC (PARTE 1)". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YIN02W40UTE>. Acesso em 14 de junho de 2025.

Estudos posteriores revelaram que a Vale conhecia os riscos da barragem (classificada como de "alto potencial de dano" pela Agência Nacional de Mineração-ANM) mas continuou operando mesmo após alertas técnicos. O sistema de alarme falhou completamente, as poucas sirenes que existiam só foram acionadas 30 minutos após o rompimento, quando a lama já havia devastado tudo em seu caminho. As pessoas atingidas que sobreviveram relataram que tinham assistido a algumas poucas palestras que abordavam a possibilidade do rompimento e algumas técnicas de fuga. Contudo, não podem ser consideradas como treinamentos de preparo e sobrevivência de fato, devido ao índice de mortandade e a própria construção do escritório administrativo e do refeitório em relação à estrutura da barragem. Documentos internos posteriormente vazados mostraram que a empresa priorizou lucros sobre segurança, acelerando a produção mesmo com relatórios apontando segmentos danosos na estrutura.

Cerca de 1.300 famílias tiveram que ser reassentadas, ecossistemas foram destruídos. A Vale foi multada em R\$ 3,6 bilhões apenas nos primeiros meses após o desastre, mas como em Mariana, as reparações às vítimas e ao meio ambiente seguem lentas e insuficientes. O desastre de Brumadinho, chocou a muitos pela cobertura midiática, principalmente por imagens aéreas da devastação e pelos vídeos gravados por celulares dos próprios funcionários durante a fuga. E mesmo assim, as autoridades locais tiveram a capacidade de conceder entrevistas dizendo como a Vale é uma joia brasileira, e como o município de Brumadinho não funciona economicamente sem a movimentação que as atividades da empresa proporcionam¹⁵.

Juntos, os desastres de Mariana e Brumadinho expuseram de forma brutal as consequências do modelo predatório de mineração no Brasil, marcado pela negligência corporativa, fiscalização frágil e priorização do lucro sobre vidas humanas e equilíbrio ambiental. Mais do que eventos isolados, representam o potencial danoso de modelos de extração e produção, que tendem a repetição cíclica.

Trazendo uma perspectiva da narração jornalística do caso, o livro "*Arrastados*", a jornalista Daniela Arbex constrói um relato sobre o desastre de Brumadinho, indo além dos números e estatísticas e expondo o desenrolar do desastre ocorrido em 25 de janeiro de 2019, quando a lama invadiu o refeitório da mineradora. Arbex (2022) reconstrói essas cenas através de relatos como o de um sobrevivente que descreve

¹⁵ Entrevistas concedidas por Avimar de Melo Barcelos prefeito do município de Brumadinho de 2017 a 2020 e por Fabio Schvartsman, então presidente da Vale S.A., durante uma coletiva de imprensa em 28 de janeiro de 2019.

colegas "agarrados em árvores como se fossem gravetos" enquanto a onda arrastava tudo ao redor, ou de familiares que receberam mensagens desesperadas de funcionários nos últimos minutos de despedida.

Mas a obra vai além do momento do desastre, acompanhando o que citamos anteriormente como o período de duração do dano, para além do momento emergencial. As buscas por sobreviventes, a angústia e mobilização das famílias que aguardavam notícias em postos de atendimento improvisados, o relato dos voluntários que resgatavam corpos mutilados. A autora mostra a partir da narração da do evento, por uma perspectiva jornalística fazendo uso de entrevistas, como a Vale, responsável pela tragédia, muitas vezes tratou as vítimas como obstáculos burocráticos, criando um cenário entre o luto das famílias e a frieza corporativa.

Um aspecto do conteúdo exposto no livro que se relaciona com as questões levantadas nessa pesquisa, é como a autora documenta o impacto duradouro do desastre: os pescadores que perderam seu sustento no Rio Paraopeba, as crianças que desenvolveram pesadelos recorrentes, ansiedade, estresse pós-traumático, as viúvas que tiveram que reconstruir suas vidas do zero. Através de histórias como a de uma mãe que passou meses lavando pessoalmente as roupas do filho morto para sentir seu cheiro, ou de um homem que se recusou a deixar o local do desastre até encontrar o irmão desaparecido, o livro tem o poder de transformar dados em questões humanas mais "fáceis" de visualizar.

É comum vermos circulando em reportagens em vídeo ou em matérias escritas a descrição dos habitantes ao redor dos casos como pessoas "simples" e "humildes", mas esses elementos mascaram uma consequência importante do desastre: o deslocamento forçado de mais de mil pessoas em benefício de corporações mineradoras. Como mostram os relatos no livro citado e nas fontes documentais até aqui citadas, esse processo trouxe profundas transformações psicológicas:

Atingido: *"E olha quem fala que homem não chorava né. Fiquei uma manteiga agora, choro por qualquer coisa"*¹⁶

Tais elementos evidenciam os impactos cognitivos e emocionais duradouros. A transferência do campo para a cidade representou a perda não apenas de propriedades, mas de um modo de vida caracterizado por relações comunitárias

¹⁶ Documentário "Memórias Rompidas" disponível no youtube: https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-asmbleia/videos/video/?id=1299385&tagLocalizacao=86&utm_source=chatgpt.com

sólidas e uma liberdade cotidiana que se manifestava em gestos simples como não trancar as portas ou ter livre acesso a áreas ricas em fauna e flora.

Após 12 meses do desastre em Brumadinho, como relatou¹⁷ o secretário de saúde Junio de Araújo Alves em 2020, o município registrou aumento de 80% na venda de ansiolíticos, 60% nos antidepressivos e 400% na busca por atendimento psicológico. Esses números revelam a dimensão invisível da tragédia, que continua a afetar muito depois da lama secar.

Juntos, o livro “arrastados”, o documentário “memórias rompidas” e produções jornalísticas citadas formam um cenário de como os desastres de Mariana e Brumadinho representam não apenas falhas operacionais, mas um modelo de desenvolvimento que prioriza o lucro sobre vidas humanas e equilíbrio ambiental. A influência das mineradoras no poder político (com 70% dos parlamentares mineiros recebendo financiamento do setor, segundo as análises) ajuda a explicar como essas tragédias foram possibilitadas por um sistema que permite a autorregulação das empresas e a flexibilização de normas de segurança.

2.3. Caracterização da Vale como corporação

Se, como visto no capítulo anterior, os desastres não são fenômenos naturais, mas processos sociais que intensificam desigualdades e marcadores sociais da diferença, a atuação das mineradoras em Mariana emerge como um caso amostral. Uma corporação causadora de tragédias, que mobiliza estratégias para administrar as consequências de sua própria lógica operacional. A caracterização da Vale e da Samarco, portanto, é essencial para compreender como a teoria do 'capitalismo de desastre' e a 'produção social da vulnerabilidade' se materializam.

A Vale pode ser caracterizada, a partir de documentos¹⁸ e relatórios técnicos disponível em seu site, e em informações econômicas disponíveis na internet¹⁹, como uma corporação da indústria extrativa mineral de estrutura com base no modelo de Rede Global de Produção. Com a captura de valor como objetivo principal, junto da exploração compulsória de minérios e da gestão e classificação estratégica de conflitos socioambientais. Como demonstra (Giffoni, 2022), as corporações mineradoras produzem discursos que moldam uma realidade cujo destino econômico dos territórios nos quais operam, eliminam meios de produção alternativos e reforçam

¹⁷ Disponível no documentário memórias rompidas disponível na nota acima.

¹⁸ <https://vale.com/pt/indenizacoes>

¹⁹ <https://vale.com/pt/o-que-fazemos>

a dependência local da atividade extrativa.

A Vale não se limita apenas à extração e comercialização de minérios e trabalhos de logística. Ela articula uma complexa rede de poder envolvendo Estados, investidores, instituições financeiras e mercados globais (Milanez & Santos, 2020). Esse modelo permite que a corporação reforce sua posição dominante e dilua responsabilidades, terceirizando impactos e riscos para diferentes escalas territoriais.

Seu repertório de ações, assim como as da Samarco, passa pelo modelo de Rede Global de Produção (RGP)²⁰ com narrativas vindas de uma esfera mais ampla de estratégias corporativas. Para além dessa atuação como articuladora de redes globais de poder, a configuração atual da Vale é fruto de um processo histórico específico. A Vale, antes chamada "Vale do Rio Doce", tem origem no ano de 1942, no contexto do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando foi fundada como uma empresa estatal idealizada para explorar as riquezas minerais do território nacional. Durante mais de cinco décadas, sua atuação esteve atrelada à soberania nacional sobre os recursos estratégicos, período no qual a empresa construiu infraestruturas logísticas como a Estrada de Ferro Vitória-Minas e consolidou o Complexo de Carajás.

A empresa permaneceu estatal até 06 de maio de 1997, quando foi privatizada durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, tornando-se uma empresa privada de capital aberto. A partir desse momento, a lógica operacional se deslocou do desenvolvimento nacional para a captura de valor para acionistas. Essa mudança não foi apenas contábil, mas geopolítica: a Vale passou a diluir os riscos socioambientais em uma rede de influência envolvendo Estados, investidores, instituições financeiras e mercados globais.

Nos anos seguintes à privatização, a Vale intensificou sua estratégia de expansão internacional. Em 2006, adquiriu a canadense Inco, tornando-se uma das maiores produtoras mundiais de níquel. Em 2007, mudou sua razão social de Companhia Vale do Rio Doce para Vale S.A., marcando sua transição de uma empresa regional para uma corporação global. No entanto, essa expansão não veio acompanhada de um fortalecimento correspondente das políticas de segurança. Em 2019, o rompimento da barragem B1 em Brumadinho (MG) expôs que a crise não era um acidente isolado, mas parte da lógica operacional da corporação. O desastre

²⁰ Estrutura operacional na qual uma corporação central coordena uma rede fragmentada de subsidiárias, fornecedores e terceirizados em diversos países, buscando maximizar lucros através da redução de custos (mão de obra, regulações) e da diluição de responsabilidades socioambientais e trabalhistas.

resultou em mais de 270 mortes.

Entre 2022 e 2025, sob pressão de investidores, órgãos reguladores e ações judiciais, a Vale iniciou uma reestruturação. A gestão anunciou a redução de barragens em nível de emergência, o fechamento de estruturas a montante e a promessa de reparação dos danos causados por sua operação. A empresa passou a ser monitorada por indicadores de ESG (Ambiental, Social e Governança) e intensificou o discurso da "mineração do futuro", focada em níquel e cobre para a transição energética.

Em 2026, a Vale reporta ao mercado a implementação de padrões globais de segurança e a remoção de barramentos de emergência, enquanto tenta solidificar sua legitimidade social para garantir novas licenças ambientais. No entanto, esse discurso contrasta com a lógica histórica de destruição e captura de valor que definiu sua trajetória desde a privatização.

2.4. A Fundação Renova e a Samarco



Figura 6 Jornal a Sirene, ed. 03 junho de 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu.

A atuação do Estado e de suas instituições de justiça nos desastres de Mariana e Brumadinho não se configura como uma intervenção fiscalizatória autônoma mas como uma complexa mediação institucional que reforçou a assimetria original entre as corporações e as populações atingidas. Sobre o caso da criação da Fundação Renova²¹ é possível ver que foi criada através de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) celebrados entre empresas, ministérios públicos e governos, a Fundação privatizou a gestão da reparação, transformando-a em um processo administrado e financiado pelas próprias empresas responsáveis pelos crimes. Longe de representar uma solução ágil, essa estrutura transferiu para o âmbito privado a execução de

²¹ Para saber mais: <https://www.camara.leg.br/noticias/770456-atuacao-da-fundacao-renova-e-questionada-em-comissao-da-camara>

políticas públicas de reparação, subordinando-as a lógicas corporativas de contenção de custos, controle de prazos e gestão de imagem.

Nesse modelo, o Estado assumiu um papel de mediador, porém enfraquecido, ao delegar à iniciativa das próprias empresas a implementação das medidas de compensação. O resultado relatado diretamente pelos atingidos do caso, foi a burocratização extrema dos processos de reparação²² (como indenizações e reassentamentos), que funcionou como mecanismo de obstrução. Após o desgaste emocional e psicológico que os atingidos tiveram ao passar pelo desastre, precisaram ainda enfrentar exigências burocráticas, perícias técnicas e critérios mutáveis que prolongaram por anos o acesso a reparação integral, isso quando estas foram alcançadas. Essa morosidade foi agravada pela estrutura de governança da fundação, onde, apesar da participação de representantes de órgãos públicos e atingidos, o poder decisório e financeiro permaneceu majoritariamente sob controle das empresas.

Ao mesmo tempo, o sistema de Justiça demonstrou suas limitações frente ao poder econômico e à complexidade técnica dos casos. Apesar de ações movidas pelo Ministério Público e pelas entidades representativas dos atingidos, a estratégia jurídica das empresas privilegiou a procrastinação e a judicialização prolongada, utilizando recursos sucessivos para postergar decisões e reduzir o valor das condenações.

Dessa forma, o Estado, em suas múltiplas instâncias, não conseguiu garantir a reparação integral dos danos nem romper com a lógica que permite os desastres. Pelo contrário, ao institucionalizar a mediação via fundações empresariais, ele terminou por normalizar a injustiça, transformando-a em um processo administrável. A consequência foi a perpetuação da violência.

Na tentativa de compreender o que é a Fundação Renova podemos nos apoiar na fonte institucional²³ da marca que explica o contexto da sua criação. A Samarco Mineração S.A. foi fundada em 1973 e iniciou suas operações em 1977, como uma joint-venture entre a Vale e a BHP Billiton (atual BHP Group), cada uma detendo 50% do controle. Diferente da Vale, que já existia como estatal antes da privatização, a Samarco nasceu já no modelo de sociedade entre duas grandes corporações globais.

²²

https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2017/12/06_comissao_direitos_humanos_balanco_tragedia_mariana.html

²³ <https://www.samarco.com/sobre/>

Esse arranjo não foi casual: ele permitiu que as controladoras dividissem custos e riscos, ao mesmo tempo que criavam uma empresa "filha" que operaria diretamente a mina e as barragens, enquanto as matrizes se mantinham a certa distância da gestão cotidiana dos riscos.

A Samarco operou por quase quatro décadas sem um grande desastre, mas sua história recente é marcada por alertas ignorados. Em 2014, um ano antes do rompimento, relatórios internos e laudos técnicos já apontavam sinais de instabilidade na Barragem de Fundão, localizada no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana. A empresa, no entanto, manteve as operações sem as devidas correções. Em 5 de novembro de 2015, a barragem se rompeu, liberando cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério de ferro. Foi o maior desastre ambiental da história do Brasil até então, atingindo 39 municípios nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, matando 19 pessoas e deixando centenas de desabrigados. A lama chegou ao Rio Doce e percorreu mais de 600 quilômetros até desaguar no oceano Atlântico.

Diante da pressão social e jurídica, as empresas responsáveis (Samarco, Vale e BHP) precisaram apresentar uma resposta. Foi assim que, em 2016, surgiu a Fundação Renova, criada por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado entre as mineradoras, o governo federal, os governos de Minas Gerais e Espírito Santo, e órgãos como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública. A ideia formal era que a Fundação funcionasse como uma instituição privada sem fins lucrativos, responsável por executar as ações de reparação e compensação dos danos. Na prática, a Fundação Renova passou a ser a principal mediadora entre as empresas e as vítimas, mas com uma característica central: o dinheiro e as decisões estratégicas continuavam sob controle das mineradoras.

Nos anos seguintes, a Fundação Renova se tornou alvo de críticas recorrentes, como vemos a partir de dados coletados e divulgados no site oficial do governo brasileiro, na sessão “Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima²⁴” Entre 2016 e 2020, menos de 10% das indenizações previstas haviam sido pagas. Os reassentamentos de comunidades inteiras, como Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, avançaram a passos lentos. Em 2018, um acordo firmado entre as empresas e o poder político prometia acelerar os processos, mas a burocracia e a exigência de documentos que muitos atingidos não tinham (como escrituras formais de terra)

²⁴ https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/copy_of_noticias/noticias-2016/ibama-e-icmbio-apuram-se-lama-da-samarco-atingiu-arquipelago-de-abrolhos

criaram novas barreiras. Em 2021, uma auditoria encomendada pelo Ministério Público revelou que a Fundação Renova gastava mais com sua própria estrutura administrativa e com consultorias do que com o pagamento direto às vítimas.

Entre 2022 e 2024, a pressão aumentou. Estudos mostraram que a governança da Fundação Renova mantinha a maioria dos votos do conselho deliberativo com representantes das empresas, enquanto as cadeiras destinadas aos atingidos e aos representantes políticos tinham peso limitado. Em paralelo, a Justiça Federal e o Tribunal de Contas da União passaram a questionar a legalidade do modelo, argumentando que a delegação da reparação a uma entidade privada controlada pelas próprias poluidoras violava princípios básicos do direito ambiental. Em 2023, uma decisão judicial determinou a reestruturação da governança da Fundação, mas as mudanças efetivas foram lentas e parcialmente implementadas.

Em 2025, depois de uma década do desastre, o chamado "Acordo de Reparação Definitivo" foi finalmente assinado entre as empresas e as instituições de justiça, prevendo R\$ 170 bilhões em ações de reparação diluídas em 20 anos. No entanto, o acordo manteve a Fundação Renova como principal operadora das medidas, ainda que com maior supervisão externa. Em 2026, a Fundação segue funcionando, mas enfrenta desconfiança constante das comunidades atingidas. Relatórios de organizações da sociedade civil apontam que a maior parte das famílias que perderam tudo em 2015 ainda não recebeu indenização integral ou reassentamento definitivo. A morosidade, antes um efeito colateral, passou a ser vista como estratégia: quanto mais tempo se leva para reparar, menores são os valores pagos em termos reais devido à inflação e maior a chance de que algumas vítimas desistam ou morram antes de receber.

Assim, a Samarco e a Fundação Renova formam, junto com Vale e BHP, um sistema no qual a resposta ao desastre reproduz a mesma lógica que tornou o desastre possível: externalização de custos, controle privado de processos públicos e gestão do sofrimento como questão a ser administrada. A linha do tempo a seguir resume essa trajetória:

1973: Fundação da Samarco como joint-venture entre Vale e BHP.

1977: Início das operações da Samarco.

2014: Relatórios internos apontam instabilidade na Barragem de Fundão.

05/11/2015: Rompimento da barragem em Mariana.

2016: Criação da Fundação Renova por meio do TAC.

2016–2020: Menos de 10% das indenizações previstas são pagas.

2018: Acordo para acelerar reparações tem efeito limitado.

2021: Auditoria revela gastos excessivos da Fundação com sua própria estrutura.

2023: Decisão judicial determina reestruturação da governança da Fundação.

2025: Assinatura do Acordo de Reparação Definitivo (R\$ 170 bilhões).

2026: Maioria dos atingidos ainda aguarda reparação integral.

2.5. Sobre as estratégias corporativas

O recorte da pesquisa é a partir do rompimento da barragem de Fundão em 05 de novembro de 2015, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro de Mariana (MG). A partir do final dos anos 1990, a empresa passou a investir em narrativas publicitárias que alinham sua imagem ao discurso de preocupação socioambiental, que por sua vez, refere-se a estratégias de comunicação e *marketing* empregadas por empresas para construir ou reforçar uma imagem de responsabilidade ambiental, enquanto, na prática, mantêm ações exploratórias ou degradantes às comunidades e ao meio ambiente. É uma prática que opera influenciando a imagem que os consumidores, investidores e a sociedade têm da corporação. Promovendo iniciativas ou compromissos ambientais que, muitas vezes, são desproporcionais, superficiais ou incompatíveis com os impactos reais de suas atividades.

As grandes empresas do setor mineral, incluindo a Vale, desenvolveram sofisticadas estratégias argumentativas para justificar suas operações e responder às críticas de grupos ambientalistas e comunidades atingidas. Henri Acsehrad (2020) e Raquel Giffoni (2021) discutem como essas estratégias se baseiam na produção de discursos que transformam os impactos ambientais e sociais como elementos de desenvolvimento e modernização.

A inserção dessas estratégias no contexto das disputas socioambientais pode ser compreendida a partir da perspectiva que discute como grandes corporações utilizam estratégias de *branding* (Klein. 2002) para moldar percepções e reduzir resistências. Segundo essa perspectiva, essa apropriação do discurso sustentável, longe de ser um compromisso real com o meio ambiente, muitas vezes se traduz em

uma estratégia de contenção da crítica, gerando confusão e diluindo as reivindicações dos grupos atingidos.

Uma das principais táticas identificadas por Acseirad (2020) é a incorporação de uma linguagem técnico-científica que obscurece os conflitos socioambientais, apresentando-os como desafios técnicos gerenciáveis. Esse discurso no formato das normas técnicas e das burocracias, passado pelas empresas, transforma os problemas decorrentes das atividades mineradoras em questões de gestão de risco.

O uso da publicidade como ferramenta de controle discursivo é outra dimensão essencial dessas estratégias empresariais. É comum que empresas do setor mineral recorram a campanhas publicitárias após momentos críticos, buscando criar uma percepção de comprometimento e inovação ambiental para desvincular suas imagens de crimes e negligências, cooperando com a ocultação de responsabilidade e minimização dimensional das atividades.

Então seria uma das táticas identificadas (Acseirad, 2022) a partir da incorporação de uma linguagem técnica na tentativa de obscurecer ou minimizar conflitos socioambientais, ou o que as corporações classificam como “questão do social”, os apresentando como mais um problema administrativo a ser gerenciado e contornado. Esse discurso é superficial a ponto de não cogitar a análise da totalidade dos variados fenômenos decorrentes das atividades extrativas. Retira então a observação sociopolítica.

No texto "Serpentes, morcegos, pangolins e 'mercados úmidos' chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19" (Perrota, 2020), observa-se como narrativas modernas, criadas ou reforçadas no momento das crises, (momento que faz necessária a criação de medidas de enfrentamento e gestão, visando a volta do “bom funcionamento” dos sistemas) frequentemente buscam simplificar fenômenos complexos, atribuindo responsabilidades a elementos classificatórios, que caracterizam modos de fazer isolados, esse processo nos ajuda a pensar o desastre e as medidas que chegam de imediato para começar a pensar as prioridades e formas de reparação.

Pensando a partir da lógica de ameaça do antropoceno (Chakrabarty, 2019) como desarticulador de nossos sistemas sociais, volto a crítica da visão dualista e sua tentativa de separar sujeito e natureza, atribuindo um tom de naturalidade a casos concretos construídos por uma rede permeada por elementos de outras esferas, para além do natural.

Outra estratégia é a "captura do discurso ambientalista" (Giffoni, 2022). As mineradoras se apropriam de termos como "sustentabilidade" e "responsabilidade socioambiental", moldando uma imagem positiva e se apresentando como parceira de governos e ONGs na implementação de programas ambientais e sociais.

Seguindo essa lógica, tais estratégias transitam entre a reconfiguração discursiva do modo de produção capitalista frente ao cenário de crise socioambiental que ele próprio produz. O que se observa não é uma proposta de melhorias no modelo extrativista, mas uma adaptação sofisticada por meio de uma narrativa de "transição" e "descarbonização". Nesse sentido, as reflexões sobre as contradições do capitalismo "verde" (Furtado, 2024) iluminam como corporações do setor energético, e estendendo até o mineral, operam por meio de estratégias similares, enquadrando tópicos relevantes no processo de amplificação de informações.

O caso dos parques eólicos no Nordeste brasileiro, analisado por Furtado, se desenvolve sob a retórica do combate às mudanças climáticas e da geração de "energia renovável", produzindo dinâmicas de apropriação de territórios, afetando modos de vida e consolidando uma lógica geopolítica de subordinação. O Nordeste, convertido em "campo de hidrogênio verde" para exportação, exemplifica como a transição energética pode operar como uma nova face do extrativismo, onde países do Sul global seguiriam como provedores de recursos naturais e mão de obra barata para atender demandas industriais do Norte.

Projetos de hidrogênio verde ou complexos eólicos são apresentados como soluções técnicas para a crise climática, mas evitam questionar a mercantilização da energia e a desigualdade inerente ao sistema econômico que a produz. Da mesma forma que a Vale converte crimes ambientais em "problemas administrativos", o capitalismo "verde" transforma a crise climática em oportunidade de acumulação, seja por meio de certificados de carbono, créditos de emissão ou novos mercados de energia "limpa". Portanto, as estratégias argumentativas da Samarco não são um fenômeno isolado, mas parte de um repertório mais amplo do capitalismo contemporâneo para lidar com suas contradições. Se a mineradora fala em "mineração do futuro", o setor energético fala em "transição"; se a Samarco cria fundações para gerenciar reparações, corporações de energia criam mercados de carbono para compensar emissões. Em ambos os casos, o objetivo é similar: evitar uma transformação estrutural, mantendo intacta a lógica de acumulação que gera crises socioambientais, enquanto se beneficia de novas narrativas.

Este capítulo contextualizou os dois maiores desastres socioambientais do Brasil, ambos em Minas Gerais. Em Mariana (2015), o rompimento da barragem do Fundão, da Samarco (Vale/BHP), liberou 43,7 milhões de m³ de rejeitos que destruíram Bento Rodrigues, mataram 19 pessoas e atingiram o Rio Doce até o Espírito Santo. Em Brumadinho (2019), o rompimento da barragem do Córrego do Feijão, da Vale, liberou 12 milhões de m³ de lama que matou 272 pessoas, a maioria funcionários no horário de almoço. Em ambos os casos, as empresas ignoraram alertas, utilizaram certificados de estabilidade enviesados e priorizaram a produção sobre a segurança, enquanto a reparação se arrasta num processo burocrático.

Também vimos a caracterização das empresas e suas estratégias. A Vale opera num modelo de Rede Global de Produção, articulando poder com Estado e mercados variados. A Samarco segue a mesma lógica, e a criação da Fundação Renova transfere a gestão da reparação para as próprias mineradoras, resultando na obstrução de direitos. Tais estratégias integram um repertório mais amplo do capitalismo contemporâneo para evitar transformações estruturais, mantendo a lógica de acumulação produtora de desastres.

CAPÍTULO 3: AS ESTRATÉGIAS CORPORATIVAS E AS NARRATIVAS POPULARES

3.1. Análise de estratégias corporativas em audiovisual

Os apoios teóricos e a contextualização histórica dos desastres nos permitem agora adentrar o centro da análise proposta: a análise das estratégias corporativas da Samarco. Este capítulo é dedicado a analisar como a empresa opera no ambiente digital, (recortando o site oficial da empresa) para 'limpar' a lama de sua imagem após os desastres de Mariana. Através da análise de conteúdo de categorias dispostas no site, postagens e linhas do tempo, a pesquisa analisa modos de enquadramentos específicos, os apelos emocionais e as narrativas de 'futuro', 'mineração segura' e 'preocupação' que compõem a tecnologia de poder da Samarco/Vale para operar na esfera da opinião pública e resguardar suas operações.

Para apoiar a análise, uso o artigo "Entre a publicidade verde e a responsabilidade ambiental: alguns aspectos ideológicos da reprodução jornalística no Jornal da Vale" (Moraes e Faria, 2007), que analisa o Jornal da Vale do Rio Doce (JV) (anterior à privatização da empresa) como veículo midiático institucional que articula discursos entre informações econômicas e construção de simbolismos que auxiliam na limpeza de imagem e fortalecimento de senso coletivo, entre empresa, colaboradores e comunidade.

O estudo demonstra como o JV, conforme consumido, passa a auxiliar num processo de apresentação da identidade corporativa da Vale e marca suas atividades com um selo ambiental, a vinculando à responsabilidade com o ambiente e com o bem estar da sociedade. Esse discurso, fortalecido pela agenda ambiental pós-ECO-92, transforma o meio ambiente não em preocupação real, mas em estratégia corporativa, gerando valor de mercado e moldando uma imagem positiva. A análise revela que o JV opera como mediador de formação ideológica, promovendo a imagem da corporação relacionada às iniciativas ambientais, enquanto mascaram os impactos das atividades.

Moraes e Faria perceberam que o JV usa a linguagem como ferramenta



Figura 7 Site Vale - Vale + Comunidade

ideológica para afirmar valores corporativos e destacam o papel do discurso na construção de identidades e afirmação das relações de poder. Essas estratégias criam a "formação imaginária" que apresenta a empresa como responsável e inovadora, isenta de qualquer responsabilidade, dentro de um contexto de rápido crescimento das alterações climáticas.

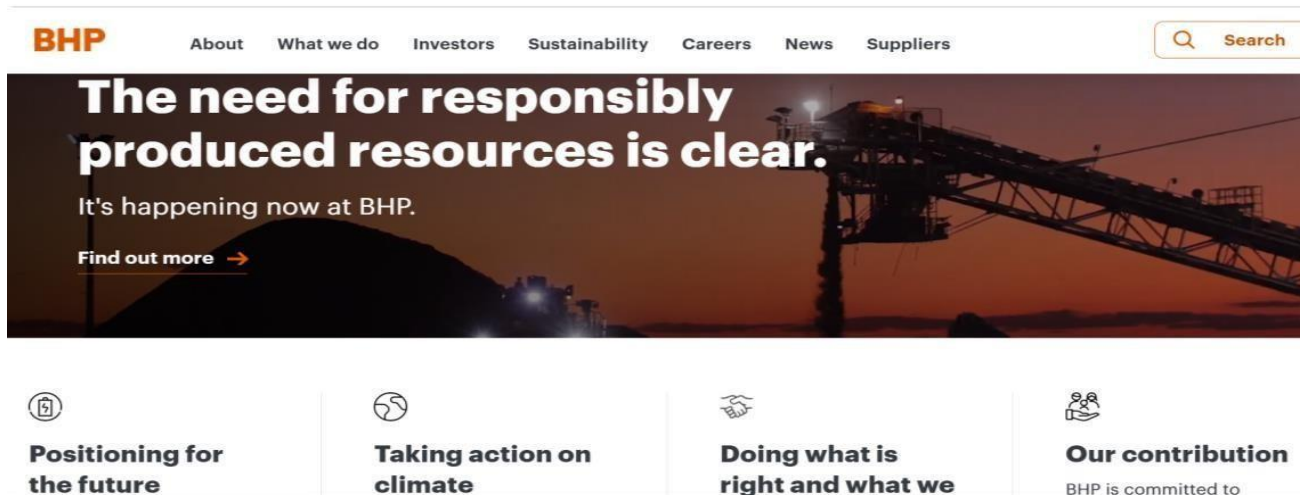


Figura 8 Site oficial da BHP: "A necessidade de produzir recursos de forma responsável é clara"
1 Posicionamentos para o futuro. 2 Tomar medidas em relação ao clima. 3 Fazendo o que é certo. 4 Nossa contribuição.
(Tradução própria).

No JV, essa articulação discursiva combina elementos jornalísticos e publicitários, promovendo conquistas ambientais da Vale em tom de avanços coletivos, em progresso social e mascarando as críticas aos impactos ambientais e sociais. Isso reflete o nível de poder ideológico da mídia corporativa, que constrói subjetividades e naturaliza relações de poder. O discurso de parceria entre empresa e funcionário, apresentados no jornal, encobre dinâmicas de controle, transformando o funcionário em coautor do sucesso empresarial, enquanto silencia as vozes dos atingidos e dificulta questionamentos críticos.

Essas táticas empresariais podem ser observadas em casos emblemáticos como o desastre de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), ambos resultantes do rompimento de barragens de rejeitos operadas pela Vale S.A. No caso de Mariana, a

mineradora Samarco (controlada pela Vale e pela BHP Billiton) implementou discursos voltados à reconstrução e compensação, enquanto evitava assumir plenamente as responsabilidades pelos danos irreparáveis. Em Brumadinho, estratégias semelhantes foram utilizadas, enfatizando o apoio às famílias atingidas e a adoção de tecnologias mais seguras.

A gestão após o dano é feita pensando num melhoramento da produção, e não no cessar de atividades que indicam potencial de risco ou da seguridade da comunidade envolvida. Os pontos de argumentação que ilustram a melhoria tecnológica se apoiam a priori no discurso do desenvolvimento e continuidade das atividades visando o retorno desses benefícios para a sociedade. No entanto, esta pesquisa analisa os significados ocultos que vão além da leitura objetiva (Maingueneau, 1999) ou da recepção da publicidade em diferentes meios.



Figura 9 Conteúdo que menciona o desastre no site da Vale

O discurso da Vale aqui consolida uma identidade corporativa baseada na sustentabilidade e na responsabilidade social. No entanto, como apontam Morais e Faria (2007), na prática esse discurso cai em contradição, pois se apoia em estratégias de publicidade massiva e na imagem de corporação com selo ambiental para ocultar os impactos negativos da mineração.



Figura 10 Imagens dos principais tópicos de apresentação dentro do "Espaço memória" no site da Vale.

O *branding*²⁵ é usado também para moldar percepções e reduzir quaisquer questões vindas dos "problemas sociais" que se apropriam do discurso da sustentabilidade. Atuam mais como contenção ou apagamento da crítica, na diluição da resistência e reivindicações de grupos politicamente organizados que como compromisso real com o meio ambiente.

3.2. Estratégias empresariais

Para compreender como as mineradoras constroem narrativas que moldam a opinião pública e influenciam políticas públicas, é útil considerar a perspectiva de uso do "enquadramento" utilizada pelas think tanks. Essas instituições, formadas por grupos de especialistas, atuam na produção e circulação de saberes especializados com o objetivo de incidir sobre o debate coletivo e a formulação de políticas. Como demonstra a pesquisa de María Julia Giménez (2021), as think tanks operam a partir de uma posição híbrida, transitando entre o campo acadêmico, o empresariado e a grande mídia. O Instituto Millenium, auto referenciado como "IMIL", é um exemplo desse tipo de organização no Brasil, dedicado à propagação de ideias liberais que associam o "progresso" nacional à liberdade econômica.

O que interessa particularmente para esta pesquisa, no entanto, não é descrever o funcionamento interno dessas instituições, mas sim o conceito por meio do qual elas operam: o enquadramento. O conceito de enquadramento consiste em dar destaque a

²⁵ *Branding* é o processo de criar e gerenciar a imagem e identidade de uma marca no mercado. Ele envolve a definição de valores, personalidade, voz e a forma como a marca se comunica com o público. Disponível em: <https://www.rdstation.com/blog/marketing/o-que-branding/>.

elementos específicos de uma realidade apresentada, tornando-os mais perceptíveis e atraentes em um texto ou discurso, a fim de promover uma definição específica do problema em questão . Seja fazendo um julgamento de valor, propondo causas ou sugerindo resoluções, a escolha de enquadrar informações permite mobilizar significados em prol de interesses específicos que beneficiam determinados grupos.

É esse conceito que me interessa para analisar as estratégias comunicacionais da Samarco. Assim como as think tanks enquadram temas de interesse público de acordo com suas ideologias, as grandes mineradoras utilizam estratégias semelhantes para construir suas narrativas. Os comerciais que associam a mineração ao desenvolvimento nacional, à facilitação dos modos de vida através dos produtos do desenvolvimento tecnológico e à ecoeficiência das atividades extrativas são a face mais visível de uma estratégia sofisticada de enquadramento.

Essa estratégia permite que atividades com consequências profundamente negativas (como os desastres em Mariana e Brumadinho) sejam apresentadas como proativas e facilitadoras do bem-estar coletivo. A economia local é desestruturada pelos deslocamentos compulsórios, as redes de troca e sociabilidade são rompidas, e os modos de vida tradicionais são por vezes permanentemente alterados. No entanto, os mesmos sujeitos que sofrem esses danos são expostos a um enquadramento midiático que associa mineração ao progresso.

O apelo da indústria mineradora, através da promessa de que a população usufruirá dos frutos dessa produção (Palmeira, 2010), apresenta-se como ilusório. As comunidades não usufruem do desenvolvimento tecnológico ou da movimentação econômica gerada, mas ficam com os custos e os riscos: a degradação da fauna, flora e recursos naturais, os danos à saúde e o comprometimento das dinâmicas de interação social.

A influência política a partir do enquadramento de temas de interesse coletivo é indispensável para criar um ambiente legislativo e regulatório permeável, onde licenças são facilitadas, fiscalizações são enfraquecidas e projetos são aprovados em nome de um "bem comum" que, na prática, beneficia primordialmente as corporações. Para a presente pesquisa, entender esse mecanismo de enquadramento é essencial para entender como se constrói e se mantém a hegemonia da narrativa em torno da mineração, obscurecendo seus conflitos e impactos reais sob a ótica do desenvolvimento e do progresso, conceitos que foram capturados e redefinidos para servir a um projeto específico de poder capitalista.

3.3 A lógica da Samarco (controlada pela Vale)



Figura 11 Retirado de “Home > Reparação”: <https://vale.com/pt> . Acesso em 09/02/2026.

A partir dos valores destacados pela mineradora Vale, em seu site, como mostra a imagem acima, pretendia iniciar a análise de uma trilha de produção de conteúdo da mineradora após o desastre de Brumadinho (2018), utilizando de conteúdos disponíveis no site oficial da empresa, mostrando assim, as formas de enquadrar o desastre corporativo e os processos decorrentes. Também será abordado a produção de conteúdo a partir do site oficial da Samarco, responsável pelo rompimento da barragem do Fundão em Mariana (2015). Apesar de Vale e BHP serem donas da Samarco, a empresa foi destacada como nome responsável pelo desastre de Mariana (MG). No site da Vale, a categoria “Reparação” só cita o desastre de Brumadinho, enquanto o site da Samarco temos acesso a informação sobre o desastres de Mariana, na categoria “Reparação”²⁶.

²⁶ Para mais informações olhar: <https://www.samarco.com/reparacao/>

Principais marcos

2019



O ponto de partida da produção de conteúdo da Vale, após o desastre de Brumadinho é na aba de “Reparação”. A partir dela vemos sub abas que falam sobre: indenizações, adoção de animais, meio ambiente, social, economia, obras, plano de monitoramento das obras emergenciais, painel de gestão do manejo do rejeito e territórios evacuados. A partir daqui vamos ver qual cenário é criado a partir da ótica empresarial.

de registro associado à VAI (liberado para a inspeção do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais).

de construção e elétrica nobreza.

area de saúde realizada, com equipamentos médicos hospitalares, utilizados para suporte a pacientes e pessoas capacitadas.

barragens

plantas de Filagem de Balsa, Rio Grande, Conceição, Brumado e Cuiabá para reduzir a dependência da Alemanha.

descontaminação de mais cinco estruturas a montante do Quebra 2 e Quebra 1, no Canal da Barra, no Rio São Francisco e no Rio São Pedro.

de descontaminação do mais cinco estruturas a montante do Quebra 2 e Quebra 1, no Canal da Barra, no Rio São Francisco, em Itaipava.

de registro, 43 edificações aderentes ao OSEB e 24 edificações aderentes em conformidade até 2023.

Seja mais em vale.com/reparação

Reparar todos os dias e construir o futuro, juntos.

VALE

construir o futuro, juntos.





Figura 13 Dado o tamanho da imagem, para uma melhor resolução consultar: <https://vale.com/pt/reparacao>. Acesso em 09/02/2026.

Na aba “Reparação > Comunidade+ Brumadinho > Biblioteca de documentos” encontram-se arquivos a partir de dezembro de 2019.

Até aqui, falamos sobre a empresa Vale, e como esta é proprietária de 50% da Samarco (responsável pela barragem do Fundão e do desastre de Mariana), vamos introduzir essa empresa sob a mesma ótica que traçamos a lógica mineradora até aqui.

No site da Samarco, a aba de “reparação” tem a última atualização no dia 22 de dezembro de 2025, e aparece acompanhada de conteúdos como: o novo acordo do Rio

	Nome	Categoria	Subcategoria	Data ↓
	Notícias Brumadinho – Fevereiro 2022	Reparação	Vale + Comunidade – Brumadinho	15/02/2022
	<u>Notícias Brumadinho – Dezembro 2021</u>	Reparação	Vale + Comunidade – Brumadinho	15/12/2021
	Notícias Brumadinho – Fevereiro 2021	Reparação	Vale + Comunidade – Brumadinho	15/01/2021
	Notícias Brumadinho – Dezembro 2020	Reparação	Vale + Comunidade – Brumadinho	15/12/2020
	Notícias Brumadinho – Dezembro 2019	Reparação	Vale + Comunidade – Brumadinho	15/12/2019

Figura 14 Retirado de: <https://vale.com/pt/biblioteca-de-documentos?customfilter=assetCategoryIds%3A3167565&parentCategory=1971008>. Acesso em: 09/02/2026

Doce, feito em 2025, os montantes financeiros envolvidos no processo de compensação, as partes assinantes do documento, a explicação de como é feito o processo de elaborar as medidas de reparação, o que está previsto no novo acordo e uma prestação de contas do que foi feito até setembro de 2025. Também tem um breve aviso de que foi feita a liquidação e extinção da fundação Renova, deixando agora todas as medidas de responsabilização sobre o nome da Samarco e uma introdução a “conheça as medidas de segurança da Samarco”.

A Samarco como *joint venture* da Vale com a BHP, é uma mineradora brasileira com cadeia produtiva integrada em Minas Gerais e no Espírito Santo. O principal

produto são as pelotas de minério de ferro, matéria-prima para produção de aço pela indústria siderúrgica.

No site oficial da empresa, na aba “quem somos”, temos acesso a apresentação e alguns dos valores que orientam a empresa e suas atividades. Podemos ver também a retomada de atividades e produção de conteúdo da empresa em 2020, após o período de 5 anos de paralisação de atividades no território em decorrência do desastre de



Mariana (2025).

Figura 15 Site da Samarco – seção “Quem somos”.

Rompimento e paralisação das atividades

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão se rompeu. Imediatamente após o rompimento e ao longo dos cinco anos que ficamos com as operações paralisadas, continuamos a honrar com o nosso compromisso com a reparação e implementamos melhorias significativas na empresa a partir das lições aprendidas. Aprimoramos o Sistema Integrado de Segurança, a gestão de riscos e a cultura de prevenção, além de investirmos em novas tecnologias para disposição de rejeitos.

[Clique aqui](#) para saber mais sobre o processo de Reparação.

Figura 16 Site da Samarco - home: rompimento e paralisação de atividades: <https://www.samarco.com/quem-somos/>.

Então percebemos a retomada de atividades da empresa, agora fortemente apoiada no pilar da “mineração diferente”, “novas tecnologias” e “mais segurança”. Tentando gerar valor duradouro nos territórios explorados pelas atividades mineradoras da empresa, já que os últimos valores gerados nos territórios explorados foram de mortes e destruição. Um tom de “aprendemos com nossos erros” e agora que vamos retomar nossas atividades, precisamos do apoio de todos vocês.

A retomada das atividades, ancorada no tripé “segurança, preocupação e nova

mineração”, não é um movimento exclusivo da Samarco. Ele também aparece na tese de doutorado de Laryssa Owsiany (2024), ao analisar o caso da Braskem em Maceió e identificar outras estratégias corporativas utilizadas para gerenciar situações de crise, seja pelas várias trocas de gestão e de nova da Braskem ao longo dos anos, seja pelos apoios políticos e tramas de apoio mútuo. Vemos a partir disso, como diante da iminência de responsabilização, e da participação de acordos, a empresa cria narrativas de “cuidado” e “preocupação”, cuidando da limpeza das ruas fantasmas de Maceió, realizando serviços de dedetização, instalando câmeras “para o bem da comunidade” quando na verdade servem para fiscalizar o trânsito de pessoas que possam tentar retornar as suas casas. A atividade de extração de salgema da Braskem destruiu bairros em larga escala, expulsou e deslocou compulsoriamente moradores de bairros inteiros, os impediu de retornar aos imóveis e ainda assim, a empresa se coloca na posição de controle dos processos e como protagonista na valoração de casas e terrenos (sem considerar todos os anos de vida, eventos ali passados e a opinião dos residentes).

A centralidade das empresas nos acordos entre setor privado e poder político, sem participação efetiva dos atingidos pelos desastres complementa a lógica de ação que vemos em Mariana.

A própria etimologia da palavra acordo pressupõe que haja uma concordância mútua entre ambas as partes envolvidas em qualquer situação. Não houve acordo. As 'vítimas' não foram representadas por nenhuma entidade da sociedade civil nem por seus advogados. Tudo foi realizado envolvendo exclusivamente os Ministérios Públicos e a Defensoria Pública da União e posteriormente sancionados pela Justiça Federal. (FERREIRA, 2024, p. 69)¹

Esse trecho ressoa na experiência da Samarco, onde vemos a fundação Renova e os sucessivos Termos de Ajustamento de Condutas (TACs) que também foram negociados em arena institucionais com o protagonista das mineradoras, e a exclusão das comunidades. O discurso de transparência, proatividade e diálogo não refletem a realidade vivenciada e exposta no jornal A Sirene, de dezenas de reuniões, manifestações e reivindicações feitas à Samarco e ao poder público pelos atingidos.

Frente a esse novo momento da Samarco, de cara nova e novos métodos de produção, saiu no jornal A Sirene, na edição número 57, publicada em 5 de janeiro de 2021, o relato de um atingido indireto, pelo desastre de Mariana. O homem afirma não ter sido pago, por serviços prestados para uma terceirizada da Samarco, em um período da pandemia em que eram realizadas algumas operações de limpeza e reconstrução

Dívida de empresa terceirizada

O rompimento da barragem de Fundão atingiu diretamente e, também, indiretamente diversas pessoas. José João Borges é um exemplo do segundo caso. Morador de Monsenhor Horta, não teve sua casa invadida pelo rejeito de minério, mas foi contratado para prestar serviço para a Votor Construção, uma terceirizada da Samarco, pouco tempo depois do crime das mineradoras. A empresa não honrou suas dívidas com José, que, hoje, luta na justiça para receber o que lhe é devido.

Por José João Borges
Com apoio de Wladimir Adamielo

Quando a barragem rompeu, essa empresa, a Votor Construção, me procurou para que eu oferecesse alimentação para ela. Ela operava nos canteiros de obras de regiões atingidas pela lama, em Ponte do Cama, Paracatu, essas regiões aqui mais próximas. Como eu estava desempregado, montei uma cantina para fornecer a alimentação.

Até aí tudo bem: eu atendia ao pessoal e, nos primeiros meses em que atendemos, eles pagaram direitinho. No último mês, a empresa nos deixou uma dívida que, hoje, seria em torno dos 20 mil reais. O meu advogado entrou em contato com o advogado da empresa, os dois foram até o juiz e fizeram um pacto comigo, de me pagarem parceladamente. Esse montante seria dividido em 10 vezes, mas, até hoje, não me pagaram.

Meu advogado entrou em contato com a empresa e ela disse que quem tem que assumir a dívida é a Samarco. Na época, a Renova não tinha assumido ainda, então ela diz que a responsabilidade não é dela. A Votor alegou que a Samarco iria quitar os débitos que ficaram, mas a mineradora disse que não assume dívida de terceirizada. A empresa estava a serviço da Samarco e eu prestei serviço. Hoje, eu estou numa situação em que estou devendo, venho pagando as minhas dívidas parceladamente, sem condições, pois estou desempregado nessa pandemia.

O meu advogado pediu para esperarmos o fim da pandemia, mas as minhas dívidas não esperam. Aí eu fico nessa situação, a minha esposa tem problema de pressão, reumatismo, toma remédios e eu tenho tantas dívidas... Para as empresas, esses montantes não são nada, mas, agora, para mim, isso é muito dinheiro.

Durante a pandemia, fornecemos umas marmitas, mas em baixa escala, porque somos só eu e ela, ela também não pode fazer, então eu faço e é o que está segurando a onda, é pouquinho. Mas como você trabalha se não tem como repor?

Iria melhorar muito se eu fosse pago, pelo menos aqueles credores que vêm constantemente à minha porta me cobrar, eu teria como quitar as dívidas. Já ajudaria a aliviar a minha mente. Imagina, você ter um dinheiro a receber para pagar seus credores, mas não ter acesso a ele: fica difícil.

Quando você deve, como você coloca a cabeça no travesseiro e dorme um sono direito? São noites e mais noites perdidas, só imaginando como você vai tirar o dinheiro para pagar aquelas pessoas. E não sou só eu que não durmo, a minha esposa também não. O que me atinge, atinge ela também.

José João Borges, morador de Monsenhor Horta

Figura 17 Site da Samarco - home: rompimento e paralisação de atividades: <https://www.samarco.com/quem-somos/>.

Os conteúdos dispostos no site da empresa usam de um tom específico que a coloca como proativa, empática e, sobretudo, melhor do que antes, agora que aprendeu com erros cometidos no passado.

Veem-se nos Informes Publicitários múltiplos argumentos que formam o discurso persuasivo para adesão à tese de que a empresa causadora do problema não é culpada, mas está disposta a ajudar àqueles moradores na superação da tragédia, do possível afundamento dos bairros, com ações benevolentes e sedutoras que vão desde a realocação das famílias e dos negócios para bairros periféricos, como apoio psicológico e social, pagamento

de compensação financeira por desocupação do imóvel (auxílio mudança) e de auxílio aluguel social, além da indenização aos indivíduos afetados pela desocupação cuidado com os animais domésticos, entre outras ações-feitiço que atravessam o real objetivo da Braskem: pela publicidade, o de maquiar a realidade causada por si, ao construir uma imagem de si como uma empresa preocupada e solidária às causas daqueles moradores. Nesse contexto, “[...] a sedução, tem plena possibilidade de exercício como instrumento de persuasão” (ARAÚJO NETO, 2024, *apud* MOSCA, 1997, p. 31)

Na prática, um morador de Monsenhor da Horta, foi contratado para prestar serviços de alimentação, por uma terceirizada da Samarco, no ramo de construções. Nos primeiros meses, o homem indica que foi pago corretamente, mas que no último mês de serviços prestados, a empresa o informou que a mineradora iria quitar os débitos em aberto. A Samarco informou que não arca com dívidas de terceirizadas. Isso tudo, dentro do cenário de desemprego e crise sanitária, da pandemia do COVID-19.

A partir do exemplo acima, e da breve apresentação da mineradora Samarco, controlada pela Vale e pela BHP, inicio o exercício de contrastação de produção de conteúdo sobre o crime-desastre de Mariana (MG). A mineradora multinacional Vale S.A é um nome amplamente conhecido na área de produção mineral e logística, na participação do PIB nacional entre outros “sucessos” empresariais. Mas além disso, essa marca também ficou diretamente associada aos dois maiores desastres socioambientais do Brasil, os casos de Mariana (2015) e Brumadinho (2018).

Ao me inclinar no interesse de pesquisar o que estava sendo produzido em conteúdos e mídias, sobre os desastres, pensei em recortar especialmente o site da Vale com seus conteúdos próprios, já que é esse o nome que nos vem em mente, ao falar sobre os episódios destacados. Porém, ao iniciar o trabalho de levantamento dos conteúdos produzidos, percebi que houve a seguinte divisão das fontes sobre as quais eu me debruçaria: A barragem do Fundão, em Mariana, é propriedade do nome Samarco (cujos donos são a Vale e a BHP, dividindo igualmente os 50% da empresa entre si).

Sendo assim, percebo que as produções de conteúdos sobre o desastre de Mariana, estão soltas e divididas entre os sites da Samarco e da Vale. Enquanto no site oficial da Vale, vemos quase que exclusivamente apenas conteúdos sobre Brumadinho (2018), sobre o tema da reparação e também vemos algumas coisas sobre Mariana, mas nunca de forma completa. A Vale, deixa rastros danosos ao ambiente, às comunidades, à fauna e aos territórios. Na primeira metade dos anos 2000, se

desvincilhou do seu nome de origem “Vale do Rio Doce”, como forma de se desvincular dessa responsabilidade, após ter desenvolvido atividades poluentes na região. Agora mais uma vez, se oculta das cargas de responsabilização do desastre de Brumadinho por trás da cortina da “responsabilidade”, “descarbonização” e “sustentabilidade na mineração”. Deixando apenas o nome da Samarco, e da Fundação Renova, ficarem amplamente associados nas produções da mídia tradicional, ao desastre de Mariana, neste caso específico. A análise que engloba Brumadinho demandaria uma extensão no desenvolvimento desta pesquisa, para dar conta das fontes.

Considerando o amplo volume de conteúdos sobre os casos (Mariana e Brumadinho) e a diferença de fontes de coleta (Samarco e Vale), irei me debruçar sobre as análises do desastre de Mariana, e sendo assim, colhendo dados do site oficial da Samarco, e os contrastando com o material produzido pelo jornal “A Sirene - Para nunca esquecer”, criado para dar espaço às vozes atingidas pelo desastre de Mariana e as versões do caso a partir de quem sofreu com ele direta e indiretamente.

3.4 A Sirene: a narrativa dos atingidos

Ao longo de toda essa pesquisa falamos sobre o estilo de produção de conteúdo sobre desastres da mineração a partir da ótica empresarial e das mídias tradicionais. O jornal A Sirene surge para contar a história dos desastres de uma forma alternativa aos modelos que apresentam uma mesma história de forma acrítica e sensacionalista segundo os Sirenistas (Pazza, 2017).

Diferente dos canais oficiais como sites das empresas aqui citadas, A Sirene se propõe a registrar a experiência daqueles que vivem o desastre em seu cotidiano. O jornal é produzido por moradores das comunidades atingidas, com a colaboração de apoiadores e voluntários, e tem como público principal os próprios atingidos, mas também alcança pesquisadores, jornalistas, movimentos sociais e o público interessado em acompanhar os desdobramentos da reparação. Seu intuito é criar um registro independente e de longo prazo, preenchendo as lacunas deixadas pela comunicação institucional da Samarco e da Fundação Renova.

A Sirene se constitui, assim, como um veículo que disputa a narrativa do desastre: enquanto a empresa apresenta uma versão organizada, linear e favorável aos seus interesses, o jornal expõe os atrasos, os conflitos, as omissões e as lutas que marcam o processo de reparação. A importância do jornal reside precisamente nesse papel de contraponto, oferecendo uma visão construída a partir do território e da experiência direta das pessoas afetadas. O que torna A Sirene e a luta dos atingidos

uma construção popular e coletiva é o fato de que seu conteúdo não é definido por especialistas externos ou por assessorias de comunicação contratadas. As pautas são escolhidas pelos próprios moradores das comunidades, as reportagens são escritas por eles ou em colaboração com apoiadores, e as decisões editoriais são tomadas de forma compartilhada.

O jornal não tem acionistas, em muitas edições podemos ver as últimas páginas em branco, sinalizando a falta de financiamento para realizar as reportagens. Ele é mantido pela mobilização dos próprios atingidos e por redes de solidariedade. Essa característica faz com que A Sirene não apenas informe, mas também organize: ele funciona como um instrumento de articulação entre diferentes localidades atingidas, que organiza os fatos temporalmente, com detalhes pontuados por pessoas que vivenciam o lastro do desastre, permitindo que experiências e estratégias de luta política sejam compartilhadas. A Sirene é uma mídia que nasce da base, se sustenta pelo trabalho coletivo e se orienta pelas necessidades reais das pessoas que vivem o desastre em seu dia a dia.

Para compreender essa disputa narrativa, utilizo o conceito de “atingido” a partir da fonte do movimento social Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)²⁷.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é uma organização nacional, autônoma e de massa, fundada em 1991 durante o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, realizado em Brasília. Sua origem remonta à década de 1980, quando populações atingidas pela construção de hidrelétricas como Itaipu, no Paraná, começaram a se organizar de forma local diante das violações de direitos cometidas por empresas e governos. A primeira reunião nacional dos atingidos ocorreu em 1987, em Chapecó (SC), e o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens foi realizado em Goiânia em 1989, com apoio de setores da igreja, do movimento sindical e de universidades como a UFRJ. O MAB se define como um movimento sem distinção de cor, gênero, orientação sexual, religião ou partido político, e tem como objetivo organizar os atingidos por barragens (antes, durante ou depois da construção dos empreendimentos).

Uns dos principais conceitos tratados na pesquisa vem do MAB a partir da distinção entre "vítima" e "atingido". A palavra "vítima" é associada a um sujeito passivo, alguém que sofre uma ação externa e aguarda que outros resolvam sua situação. O termo "atingido", por sua vez, carrega um sentido político: o atingido é alguém que reconhece ter

²⁷ <https://mab.org.br/quem-somos/>

sido afetado, mas se coloca como sujeito ativo na defesa de seus direitos²⁸. Ele narra sua própria experiência, participa de mobilizações, produz informações e disputa espaço na esfera pública. Enquanto a vítima tende a ser silenciada ou falada por outros, o atingido toma a palavra. Essa distinção é fundamental para compreender a luta das populações afetadas por barragens e por desastres como os de Mariana e Brumadinho.

O MAB não atua apenas na denúncia, mas também na proposição de políticas públicas. Sua principal conquista foi a sanção da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB - Lei nº 14.755), em dezembro de 2023, após quase quatro décadas de mobilização. A lei estabelece parâmetros para reparação justa e integral das famílias afetadas por barragens. O movimento também teve papel central na organização das populações atingidas pelos rompimentos de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), atuando na denúncia das mineradoras e na articulação nacional e internacional pela reparação. Em 2025, durante a COP 30 em Belém, o MAB fundou o Movimento Internacional de Atingidos por Barragens, Crimes Socioambientais e Crise Climática, ampliando sua luta para o cenário global.

Além disso, o MAB atua em várias frentes de luta: defende que água e energia não sejam tratadas como mercadorias, mas como direitos humanos; combate a privatização do setor elétrico e de saneamento; denuncia as violações sistemáticas de direitos humanos na construção e operação de barragens; e se posiciona contra o modelo de desenvolvimento que trata a Amazônia como fronteira de expansão do capital. O movimento também organiza encontros específicos de mulheres atingidas, reconhecendo que os impactos dos desastres recaem de forma diferenciada sobre elas. Em 2023, o MAB realizou a Jornada de Lutas "É Tempo de Avançar", reunindo mais de 2.500 atingidos de 20 estados em Brasília para cobrar a aprovação e regulamentação da PNAB. O lema que sintetiza sua luta é "água e energia não são mercadorias". Sua trajetória mostra que a organização coletiva dos atingidos é o principal instrumento para transformar sofrimento em reivindicação política e para disputar a narrativa sobre os desastres com as empresas e o Estado.

O jornal é caracterizado como uma mídia militante, criado pelos atingidos e para os atingidos, como uma resposta a falta de espaço na mídia tradicional, e como um canal que traz atualizações sobre as disputas judiciais, sobre as manifestações, informações sobre termos técnicos e jurídicos e traz também pautas levantadas pelos

²⁸ <https://mab.org.br/lutas/>

atingidos e suas histórias sobre a vida antes, durante e depois nesse território que um dia foi lar, agora atravessado pelo crime da Samarco/Vale/BHP.

O jornal ocupa espaço no conceito de mídia radical (DOWNING, 2004 *apud* PAZZA, 2017, P.79), pois além de ser uma mídia alternativa a tradicional, é uma mídia militante pelo posicionamento dos autores que compõem o discurso do jornal.

Essa organização começou pela troca de informações na rede social *facebook*, a partir da criação da página #BentoFala e do coletivo “Um minuto de Sirene”. Três meses após o rompimento da barragem do Fundão, o grupo criou um veículo de

comunicação que fizesse a retratação do desastre e dos atingidos por ele, de uma forma diferente do que estava sendo veiculado nos canais de mídia tradicional na tv. “Assim, de uma reunião nas dependências do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto - ICSA/UFOP nasceu o jornal A Sirene” (Pazza, 2017, P.80).

As publicações são mensais, a cada dia 5 do mês. A primeira edição 00 foi lançada em fevereiro de 2016, com o objetivo de dar espaço aos atingidos pela lama da Samarco. Os sirenistas, compostos por atingidos, estudantes de comunicação da Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP) e outros profissionais, se distribuíram na pluralidade de funções, entre: produção de pauta, apuração, redação, diagramação, impressão e distribuição do produto final (BRITTES, 2016, p.03 apud PAZZA, 2017, p.80). A partir dessa organização o termo “sirenista” passa a identificar atingidos e apoiadores.

A escolha de contrastar a produção de conteúdo da Samarco, a partir do site oficial da empresa, com o Jornal “A sirene - Para não esquecer”, vem da vontade de mostrar uma versão do ocorrido, que não promova a espetacularização do sofrimento dos atingidos e não use termos naturalizantes que permitem enquadrar o desastre como “natural” ou como um “erro” pontual.



Figura 18 Imagem retirada de uma comemoração de 10 anos do jornal, pelo Instituto Guaicuy, disponível em: https://www.instagram.com/p/DUYqHEMkQKv/?img_index=7. Acesso em 08 de fevereiro de 2026.

O nome “A Sirene” é uma referência a sirene de alerta da Samarco que falhou no dia de rompimento. Deveria ser um alerta para os moradores, mas falhou, os deixando sem nenhum tipo de informação, direcionamento e atualização sobre a

situação de risco que se encontravam.

No dia 06/11/15 a Vale emitiu um comunicado dizendo lamentar profundamente o grave ACIDENTE ocorrido nas barragens de rejeitos nos municípios de Mariana e Ouro Preto (MG). A partir de sua primeira edição a forma de referenciar a Samarco aparece na escrita como negação, promessa, violências veladas entre outros.

Ano de 2016:



Figura 19 Linha do tempo da Samarco – 2016. Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao/>



Figura 19 Linha do tempo do jornal A Sirene – 2016 Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao/>

Os prints e as colagens de imagens são usados aqui como uma forma de tornar mais clara a confusão de todo o processo, já que a atuação das empresas citadas e a linha do tempo dos episódios aqui tratados são confusos, atravessados e omitidos, para que seja difícil realmente traçar as linhas de conexão entre os crimes e os culpados. Diante dessa opacidade deliberadamente produzida pelas corporações, a colagem se torna um recurso metodológico que visa agrupar o máximo de informações encontradas.

Conforme propõe Hosseini (2025), a colagem pode ser utilizada como um método de investigação que permite rearranjar, modificar e justapor fragmentos da realidade contemporânea, revelando conexões que, de outra forma, permaneceriam dispersas ou invisíveis. Em vez de tomar as imagens dos sites institucionais e das linhas do tempo como meras ilustrações neutras, a colagem as trata como fragmentos de um discurso que precisa ser desmontado e remontado para que suas contradições e omissões se tornem evidentes.

Seguindo essa perspectiva, as colagens produzidas nesta pesquisa não são enfeites ou recursos estéticos. Elas funcionam como um procedimento analítico que expõe a desordem intencional promovida pelas empresas: ao justificar imagens que originalmente aparecem separadas nos canais oficiais da Samarco, é possível confrontar a narrativa corporativa com os eventos reais que ela tenta ocultar ou amenizar. O que o site da empresa apresenta de forma linear e positiva, com uma linha do tempo de "compromisso com a reparação", a colagem desfaz ao justapor prazos não cumpridos, promessas vagas e datas de novos acidentes. A técnica torna visível, assim, o próprio esforço da corporação para embaralhar causas, responsabilidades e consequências.

Dessa forma, o uso das colagens se alinha ao objetivo central da pesquisa: desnaturalizar a narrativa hegemônica da mineração como sinônimo de progresso e demonstrar como a confusão proposital dos fatos é, ela mesma, uma estratégia de poder.

A primeira imagem foi retirada da linha do tempo de 10 anos do crime-desastre, construída no site oficial da Samarco. Por definição²⁹, uma linha do tempo é uma representação visual de uma sequência cronológica de eventos, de uma história, um processo ou um histórico, sendo assim, a partir da magnitude do desastre que ocorreu em Mariana, tendemos a imaginar uma linha cronológica robusta, recheada de informações, certo?!

A narrativa da reparação produzida pelas empresas se dirige às seguintes áreas:

²⁹ <https://www.dicio.com.br/cronologia/>

O primeiro é o mercado: investidores, acionistas e analistas financeiros, para quem a empresa precisa demonstrar que está cumprindo acordos, gerenciando riscos e mantendo sua licença para operar. O segundo é o Estado: órgãos reguladores, ministérios públicos e poder judiciário, para quem a empresa apresenta marcos formais (acordos assinados, prazos cumpridos, metas anunciadas) como prova de conformidade.

O que essas áreas têm em comum é que nenhum deles exige que a reparação seja efetivamente vivida. Basta que ela seja comunicada. Um acordo assinado, ainda que não implementado, já serve como notícia. Um marco institucional, ainda que não signifique indenização paga, já aparece na linha do tempo. Nesse sentido, a preocupação central da Samarco e da Fundação Renova não é reparar o desastre ou reparar os atingidos. É reparar a si mesmas (Araujo Neto, 2024).

A linha do tempo da Samarco tem início no ano de 2016 (um ano após o desastre) destacando como marco principal, a criação da Fundação Renova, instituição que ficou responsável pelo processo e medidas de reparação e compensação socioambiental. E também destaca na sequência a assinatura do termo de transação e ajustamento de conduta (TTAC³⁰).

Enquanto na segunda imagem, retirada da linha do tempo de 10 anos do jornal A Sirene, o ano de 2016 marca as seguintes questões: o acesso de pessoas atingidas a Bento Rodrigues para celebração de atividades culturais; a conquista do terreno para a construção do novo Bento Rodrigues: a comunidades de atingidos teve participação na decisão do local onde seriam construídos os reassentamentos coletivos; Conquistam também o direito a Assessoria Técnica Independente (ATI) responsável por garantir participação e acesso a informações para pessoas atingidas; Acordo judicial em que as empresas que realizarem os assentamentos, são obrigadas a incluir a participação de pessoas atingidas, em todas as etapas do processo e por fim a suspensão do cadastro feito pela Samarco, por ser considerado inadequado as demandas reais das pessoas atingidas.

Ano de 2017:

³⁰ TTAC é um acordo firmado em março de 2016 entre o governo federal, estados de MG/ES e as mineradoras Samarco, Vale e BHP, após o desastre de Mariana. Estabeleceu diretrizes, 42 programas socioambientais/socioeconômicos e criou a Fundação Renova para reparar danos na bacia do Rio Doce

JANEIRO

- Projetos comunitários com doações: a Arquidiocese de Mariana passa a administrar recursos solidários e investe em iniciativas, como a Feira Noturna, o Jornal A SIRENE e o time de futebol União São Bento.

MARÇO

- Cadastro reformulado com participação popular: o novo processo de cadastramento inclui quatro etapas (formulário, cartografia social, vistoria e tomada de termo), com envolvimento direto das pessoas atingidas.
- Mais terrenos para reassentamento: expansão da compra de áreas para o reassentamento de Paracatu de Baixo.

OUTUBRO

- Reconhecimento de vítimas excluídas: decisão judicial garante o reconhecimento de pessoas que tiveram seus auxílios emergenciais negados pelas empresas.
- “Não vai ter permuta!”: pessoas atingidas se manifestam em Belo Horizonte para exigir o direito de decidir sobre seus imóveis.
- Cadastro e autodeclaração: qualquer pessoa que se declare atingida pode participar do cadastro. A ATI assume oficialmente sua aplicação.

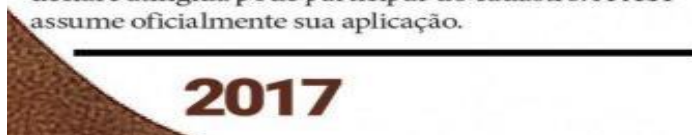


Figura 20 Jornal A Sirene - Linha do tempo de 10 anos do crime-desastre

O ano de 2017 não aparece na linha do tempo da Samarco, então, a partir do jornal A Sirene, vemos os destaques: projetos comunitários realizados localmente, com recursos administrados para e por atingidos; Um novo processo de cadastramento, agora reformulado com participação direta dos atingidos; Garantia de mais terrenos para novos reassentamentos; E por fim, uma questão de enorme pertinência e impacto, que é o reconhecimento de pessoas excluídas do recebimentos de auxílios emergenciais, que foram negados diretamente pela empresa, assim como o direito de decidirem sobre os próprios imóveis e o direito a auto declaração de atingido.

Percebemos então que um ano inteiro que foi excluído da linha do tempo da Samarco, por aparentemente não ter relevantes eventos a serem destacados, mostram conquistas importantes dos atingidos, que impactam diretamente nos seus direitos “pós” desastre, com ferramentas necessárias para reconstrução de vida. A participação mostra as diferentes vias traçadas, e como há possibilidades melhores de condições de reconstrução de vida, que surgem a partir da opinião dessas pessoas, mesmo em meio as tentativas forçadas de padronização das ferramentas de compensação.



Figura 22 Jornal A Sirene – edição de novembro de 2016



Figura 21 Disponível em: <https://www.samarco.com/reparacao/>.

A disparidade entre o que é narrado pela Samarco e o que é apresentado no jornal é fruto do modelo de comportamento corporativo que estamos tratando desde o início. O silêncio da empresa sobre os avanços vindos da mobilização popular (como os cadastramentos e autodeclaração de atingidos) é tão revelador quanto o que a

empresa decide veicular. Zoroastro Araújo Neto (2024) em sua tese de doutorado, analisa o discurso da Braskem através do conceito de “ações-feitiço”. Para o autor, trata-se de práticas corporativas que:

promovem, intencionalmente, efeitos de bases sociourbana e ambiental em prol da sua condição de empresa culpada pela maior tragédia sociourbana em curso no mundo, mas eticamente comprometida com a segurança das pessoas, com os animais, com a mudança, com o tamponamento dos imóveis, com a zeladoria e com o controle de pragas. (ARAÚJO NETO, 2024, p. 21)

A citação acima é direcionada à Braskem, mas pode ser espelhada tanto à Samarco quanto à Vale, dada semelhanças entre os casos. Todos os projetos de valorização da comunidade, de cuidado com o meio ambiente e com a promoção de exemplo da própria empresa, como modelo a ser seguido pelas demais, nas práticas de extração industrial responsável, caem por terra, quando as confrontamos com o conteúdo produzido pelo jornal A Sirene.

Ano de 2018:



2018

FEVEREIRO

- Diretrizes de reassentamento: são homologadas 78 diretrizes que garantem o direito à moradia digna para as pessoas atingidas.
- Terrenos garantidos: Paracatu conquista os nove terrenos necessários para o reassentamento.
- Aprovação: comunidade aprova o projeto urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues.
- Cadastro: começa a aplicação da primeira etapa do processo de cadastramento, com o preenchimento do formulário nas casas das pessoas atingidas.

AGOSTO

- Autorização para construção: emitido alvará e autorizadas as obras de infraestrutura para o reassentamento de Bento Rodrigues.

SETEMBRO

- Projeto aprovado: comunidade aprova e amplia o projeto urbanístico do reassentamento de Paracatu de Baixo.

OUTUBRO

- Indenizações e direitos jurídicos: empresas são obrigadas a indenizar as pessoas atingidas com base no cadastro da Cáritas.
- Suspensão da prescrição: após protesto, novo prazo é definido, 2 de outubro de 2021.

Figura 23 Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._105_nov_2025

Na linha do tempo da Samarco vemos um único evento registrado no ano de 2018: a assinatura do TAC21 de governança. O TAC³¹ garante a inclusão dos atingidos na tomada de decisão dos programas reparatórios compensatórios da Fundação Renova.

Já na imagem dos sirenistas, vemos destaques para as seguintes questões envolvendo pessoas atingidas: 78 diretrizes que garantem o direito à moradia digna; A quantidade necessária de terrenos para reassentamento; Aprovação da comunidade sobre o projeto urbanístico do reassentamento de Bento Rodrigues; Início do cadastramento após 3 anos do desastre; Alvará das obras de infraestrutura do reassentamento de Bento Rodrigues e por fim protesto e aprovação jurídica que obriga as empresas a indenizar as pessoas atingidas com base no cadastro de Cáritas (cadastro de autodeclaração aprovado em 2017). As conquistas listadas até aqui pelos sirenistas (o acesso a Bento Rodrigues para celebrações culturais, a participação na

³¹ O Termo de Ajustamento de Condutas (TAC) é um acordo assinado entre a Fundação Renova, Samarco, Vale, BHP, Ministério Público e órgãos federais/estaduais para reestruturar a reparação do desastre em Mariana/MG. Seu objetivo principal é ampliar a participação dos atingidos nas comissões locais e decisórias, aprimorando a gestão e a fiscalização dos programas de reparação do Rio Doce

escolha do terreno para o reassentamento, a conquista das Assessorias Técnicas Independentes e a suspensão do cadastro inadequado da Samarco) não são meros itens burocráticos. Elas representam:

“...uma nova forma que eles passaram a apreender suas vidas e sua conexão com o território, a enxergar os múltiplos riscos e danos associados com o empreendimento minerador e como demandar reparações. [...] um processo de assemblage emocional, de arranjo afetivo processual e de produção de uma nova consciência a partir do desastre. (WILLIAMS, 1979, p.

134 *apud* DE ALENCAR SANTOS, 2022, p. 9-10)

Ano de 2019:

JANEIRO

- Primeiro dossiê: entregue o primeiro dossiê de cadastramento das famílias atingidas.

FEVEREIRO

- Ampliação da ATI: equipe da ATI é ampliada para atender melhor às comunidades.
- Novos núcleos: pessoas atingidas definem marco temporal para novos núcleos familiares.

ABRIL

- Prazo para entrega dos reassentamentos: Justiça determina prazo até 27 de agosto de 2020 para entrega dos reassentamentos, com multa por atraso.

JUNHO

- Protesto e ocupação: pessoas atingidas ocupam por 23 dias o escritório da Renova, para exigir reparações.
- Pagamento da Matriz de Danos: Justiça libera recursos para indenizações, mas a Samarco recorre.

SETEMBRO

- Luta pela não desapropriação: O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) garante que não haverá acordo sobre patrimônio sem participação das pessoas atingidas.

OUTUBRO

- Matriz de Danos: concluída a Matriz de Danos com participação popular e base técnica.



Figura 24 https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._105_nov_2025_

O ano de 2019 está ausente na linha do tempo da Samarco. Segue a versão dos

sirenistas: Foi entregue o primeiro dossiê de cadastramento de famílias atingidas; Ampliação da equipe de Assessorias Técnicas devido ao volume de demandas; Atingidos definem marco temporal para novos núcleos familiares; Prazo judicial para entrega dos reassentamentos até 27 de agosto de 2020, com multa por atraso; Protesto e ocupação de 23 dias por reparação nos escritórios da Renova; Liberação de recursos pela justiça, mas a Samarco recorre; Determinação jurídica de não acordo de patrimônios sem participação dos atingidos; Concluída a matriz de danos com participação comunitária e técnica.

**4 ANOS DO CRIME**
3 a 6 de novembro,
territórios atingidos

ATENÇÃO!
Não assine nada
Em caso de dúvidas sobre o conteúdo,
conte com a ajuda de um advogado
ou qualquer outro especialista.

Se te pedirem para assinar qualquer
documento, procure o Ministério
Público ou a Comissão dos Atingidos.

Foram promovidas diversas atividades para que os(as) atingidos(as) de toda a bacia do rio Doce estivessem juntos, em Mariana, unindo forças para mais um ano de luta. No dia 3, com o apoio da Cáritas, as comunidades atingidas de Bento Rodrigues, de Paracatu de Baixo e da Zona Rural fizeram um ato nos territórios e firmaram algumas placas com dizeres de resistência. No dia 4, com o apoio do MAB, atingidos(as) se reuniram para conversar sobre saúde, sobre o protagonismo da mulher na luta e sobre propostas de reparação. Além disso, no dia 5, aconteceu a Marcha dos Atingidos e das Atingidas e duas missas, em Barra Longa e em Mariana. No dia 6, alunos e professores da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) se reuniram para pensar e propor um novo modelo de mineração.

Então, enquanto o site da Samarco não atualiza o ano de 2019, e deixa a última informação disponível até então, como o marco de assinatura do TAC que garante a participação dos atingidos no processo, passando essa imagem de solicita, proativa, disponível para resolver os conflitos da melhor forma possível (ARAÚJO NETO, 2014.), a versão sirenista mostra “os rumos da (não)reparação” pela Samarco e Renova.

14 A SIRENE
PARA NÃO ESQUECER

Dezembro de 2019
Mariana - MG



Figura 26 Jornal A Sirene – resumo da (não) reparação

A ausência de qualquer menção a 2019 no site oficial da empresa ocorre no seguinte contexto: o dia 25 de janeiro desse mesmo ano foi marcado pelo rompimento da barragem B1 da Vale em Brumadinho, na região metropolitana de Belo Horizonte, com a morte de 270 pessoas. A dimensão do desastre foi maior do que a de Mariana, tanto em vidas perdidas quanto em cobertura midiática. Como vimos, a Vale é controladora da Samarco, e o rompimento em Brumadinho recolocou na esfera pública o debate sobre a segurança do modelo de mineração praticado no país. Era um momento em que a memória de Mariana seria inevitavelmente reavivada.

A literatura sobre desastres indica que eventos extremos como o rompimento de barragens, tendem a ampliar temporariamente os debates a respeito riscos ambientais. No entanto, como observa Henri Acselrad (2020), esse alargamento do debate não se traduz necessariamente em mudanças estruturais, havendo um "descolamento entre o debate público e a esfera política decisória, renitentemente apropriada por grandes interesses privados". Se a Samarco incluísse 2019 em sua linha do tempo, teria que explicar sua relação com a Vale e responder por um desastre que, embora não diretamente causado por ela, expunha a continuidade da lógica operacional do grupo. A ausência, nesse caso, é uma ação de descolamento em um momento de crise de legitimidade.

Há ainda um movimento específico que o jornal documenta e que merece atenção: no mês de novembro de 2019, quando se completaram quatro anos do crime em Mariana, os atingidos promoveram uma série de atividades coordenadas. Moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e da zona rural de Mariana colocaram placas com frases de resistência em seus territórios.

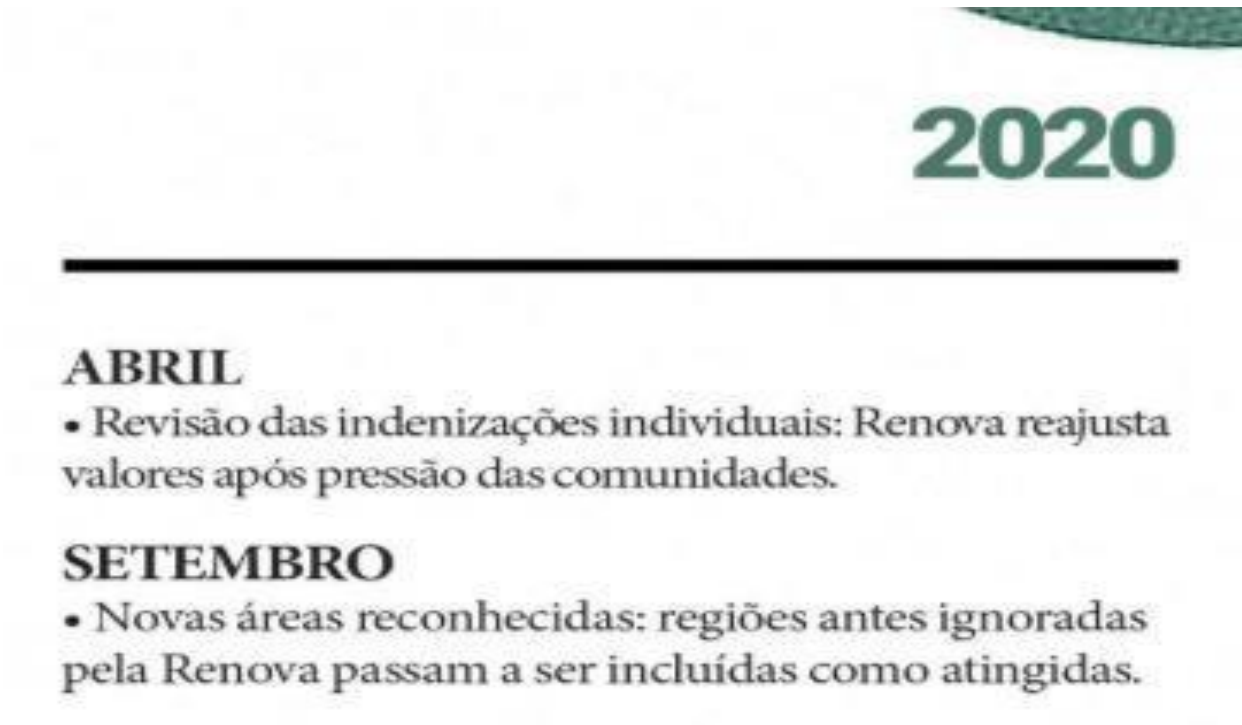
Atingidos de toda a bacia do Rio Doce se reuniram para discutir saúde, protagonismo feminino e propostas concretas de reparação. Houve marcha, missas e encontros na Universidade Federal de Ouro Preto para debater um novo modelo de mineração.

O contexto mais amplo de 2019 também inclui o começo da pandemia de covid-19, identificada inicialmente em dezembro daquele ano na China e que se espalharia globalmente nos meses seguintes. Embora os impactos sanitários e econômicos mais agudos tenham se dado a partir de 2020, o ano de 2019 já anunciava uma conjuntura de crise sanitária global. As populações atingidas por desastres socioambientais estavam entre as mais vulneráveis a esse novo tipo de calamidade. Sem moradia fixa, aguardando reassentamento em condições precárias, com acesso limitado a serviços de saúde e redes de apoio, essas famílias enfrentariam a pandemia em situação de dupla vulnerabilidade: a que já vinha do desastre e a que se somou com a crise sanitária.

Essa dinâmica se alinha ao que Raquel Giffoni identifica como característico do setor mineral: diante de maior julgamento, as empresas se dedicam à "reconstrução da sua imagem, reunindo uma série de esforços para se apresentar publicamente como responsável, transparente e, portanto, autorregulável". A supressão de 2019 na linha do tempo da Samarco é parte desse esforço de gestão da própria imagem em um momento em que o setor estava sob intensa pressão.

Em síntese, o ano de 2019 funciona no material analisado como um ponto de contraste entre dois regimes de produção de informação. De um lado, a linha do tempo da Samarco opera por supressão: o ano não existe porque sua existência traria à tona conexões inconvenientes com Brumadinho e com a Vale. De outro, o jornal A Sirene preenche esse vazio com registros de luta, prazos judiciais, ocupações e mobilizações. Mais do que descrever eventos, o jornal mostra como os atingidos utilizaram o momento de maior visibilidade midiática sobre a mineração — provocado pelo segundo grande rompimento em menos de quatro anos — para dar continuidade a suas reivindicações. A análise desse ano específico permite, portanto, observar como a gestão da memória opera de forma diferencial: a empresa apaga para se proteger; os atingidos inscrevem para não serem esquecidos.

Ano de 2020:



2020

ABRIL

- Revisão das indenizações individuais: Renova reajusta valores após pressão das comunidades.

SETEMBRO

- Novas áreas reconhecidas: regiões antes ignoradas pela Renova passam a ser incluídas como atingidas.

Figura 27 Linha do tempo do jornal A Sirene – 2020. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/dezembro_2019_issuu

Informativo das Assessorias Técnicas



A Assessoria Técnica da AEDAS, de Barra Longa, informa que, seguindo as orientações das ações do governo para prevenção à pandemia do coronavírus, todas as atividades com os(as) atingidos(as) (grupos de base, assembleias e atendimentos no escritórios ou domiciliares) estão suspensas por tempo indeterminado. A equipe continuará trabalhando remotamente, a partir do dia 23 de março e sem previsão de retorno. Será realizada comunicação semanal sobre a manutenção das medidas de segurança. Os atendimentos com os(as) atingidos(as) serão realizados por telefone, nos seguintes números: (31) 971215664 (Felipe, de 8h às 12h) e (31) 981070835 (Laís, de 14h às 18h).



Todas as atividades realizadas pela Assessoria Técnica da Cáritas com os(as) atingidos(as) estão suspensas. Assim, a Cáritas Minas Gerais busca cumprir com as orientações das autoridades em saúde para o distanciamento social em tempos de pandemia ocasionada pela Covid-19. A equipe está fazendo trabalho remoto (de casa) e, durante esse período, produzimos conteúdos informativos para reforçar a necessidade do isolamento social e evitar o contágio e com orientações de autocuidado enviados para os(as) atingidos(as) via WhatsApp.



Seguindo as recomendações do Ministério da Saúde, durante a pandemia de coronavírus, os atendimentos individuais da Assessoria Técnica Rosa Fortini não estão sendo realizados pessoalmente. Os escritórios permanecem fechados, porém a equipe segue trabalhando de suas casas em pesquisas, programas, decisões judiciais e estudos que possam embasar a defesa nas câmaras técnicas e na Justiça, quando as atividades forem retomadas. A Assessoria Técnica mantém constantemente o contato com os(as) atingidos(as) por meio de grupos de WhatsApp, de cada comissão, de produtores rurais e comerciantes, dos núcleos de base (um grupo com cerca de 15 pessoas de cada comunidade atingida), assim como o atendimento individual.

Figura 28 Jornal A Sirene – informativos sobre assessorias técnicas. Disponível em https://issuu.com/jornalasirene/docs/dezembro_2019_issuu

O ano de 2020 também não está disponível no site da Samarco, então tem apenas uma edição pontual a partir da imagem acima, retirada do jornal: Revisão das indenizações individuais após reajuste da Renova como resposta a pressão popular e Novas áreas reconhecidas pela Renova na inclusão de atingidos.

Durante o auge da pandemia do COVID -19, já em estado de *lockdown* decretado

12 A SIRENE
PARANÓ ESQUECI

Abril de 2020
Mariana - MG

FOTOGRAFIA: JOEL VOLTERRA

No caminho da reparação: novos danos

Figura 29 Jornal A Sirene – edição abril de 2020: coronavírus . https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_o_de_abril_48_issuu.

no país, com todas as emergências sanitárias e preocupações de contato com o vírus, os

moradores vizinhos ao assentamento de Lucila (Novo Paracatu³²), relatam transtornos causados pelas obras de acesso ao terreno. Com as chuvas da época, os entulhos e a terra são arrastados pelo caminho fazendo com que mais uma vez as casas sejam invadidas e os moradores fiquem num estado de isolamento e prejuízos.

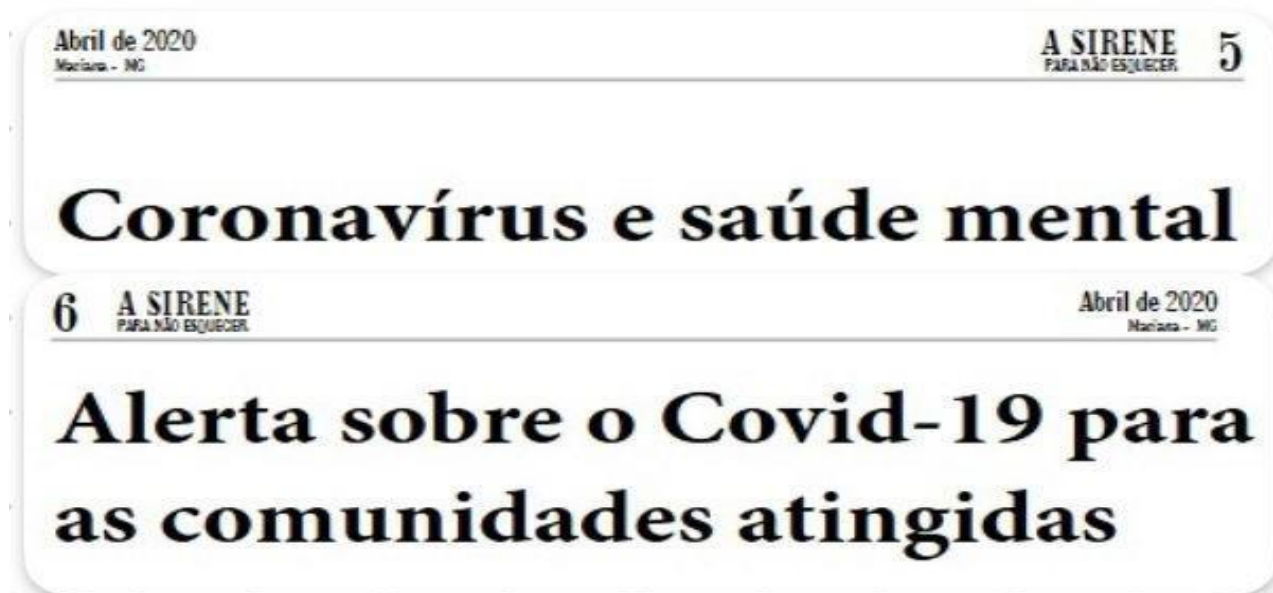


Figura 30 Jornal A Sirene – edição abril de 2020: coronavírus . https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi_o_de_abril_48_issuu.

Ano de 2021:



Início das tratativas,

mediadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para a negociação do Novo Acordo do Rio Doce em busca de solução definitiva para os programas que compõem o TTAC.

Figura 31 <https://www.samarco.com/reparacao>

³² Paracatu é um dos distritos atingidos pelos rejeitos da barragem do Fundão, assim como Bento Ribeiro, anteriormente citado.

JANEIRO

- Reajuste nas indenizações: Renova inicia revisão das indenizações por danos morais após pressão das comunidades.

FEVEREIRO

- Reparação econômica: trabalhadoras e trabalhadores informais passam a ter direito à reparação econômica.

MAIO

- Nova sentença: Justiça define novos prazos para entrega dos reassentamentos.

JUNHO

- Conselhos locais: pessoas atingidas conquistam conselhos locais para fiscalizar obras de reparação.

DEZEMBRO

- Projetos de reparação e memória cultural: aprovados projetos de memória e reparação cultural com participação ativa das comunidades.

2021

Figura 32 Linha do tempo do jornal A Sirene –

Em 2019 pela Samarco foi destacado o início das tratativas para a negociação do novo acordo do rio Doce, em busca de soluções definitivas após muitas manifestações dos atingidos, pelo direitos de suas reivindicações. E pelo jornal, vemos: Início da revisão de indenizações por danos morais, além de indenizações apenas por bens materiais perdidos. Uma garantia vinda da pressão popular; Reparação econômica para trabalhadores e trabalhadoras informais que tiveram suas rendas afetadas; Um novo prazo definido pela justiça para entrega dos reassentamentos, mostrando que durante o estado de calamidade pública causado pela pandemia do COVID-19, onde o isolamento era uma das questões principais para evitar o contágio, os atingidos em sua maioria não estavam devidamente realocados/reassentados; Conselhos locais para fiscalização de obras de reparação; Projetos de memória e reparação cultural aprovados com participação ativa.

Obras de fachada

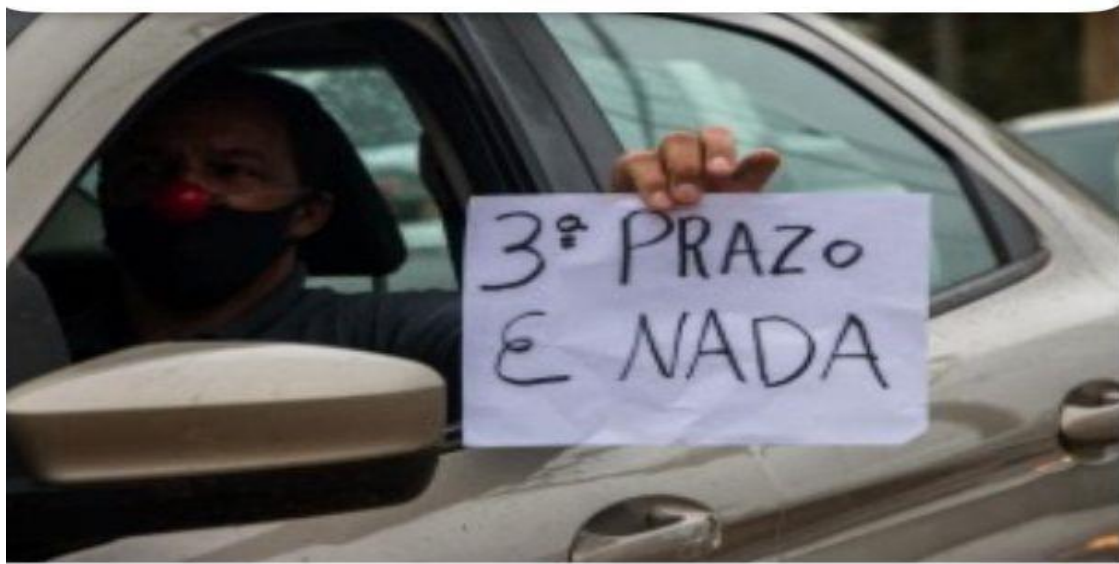


Figura 33 Ed. 68 – Dezembro de 2021 https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_edicao_68_dezembro_2021

Ano de 2022:



Figura 34 https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._105_nov_2025_.

Não há reprodução da Samarco sobre o ano de 2022 em sua linha do tempo, então a partir do jornal vemos: Que a saúde mental foi um marco importante na conquista dos atingidos nesse ano a partir da determinação jurídica de que a Renova desenvolva um programa de apoio psicossocial para pessoas atingidas com a compensação de mulheres atingidas esse acordo garante que mulheres chefes de família recebam em mãos as medidas reparatórias e sejam reconhecidas nessa estrutura familiar assim como os

homens são; Os danos coletivos também foram assegurados pela justiça a partir de danos culturais e de patrimônios coletivos e comunitários; As obras finais do assentamento de Bento Rodrigues foram retomadas e a garantia do reassentamento total até o fim de 2023 foi decretada pela justiça.

Ano de 2023:



Figura 36 <https://www.samarco.com/reparacao>

JANEIRO A MARÇO

- Famílias ocupam novas casas: Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira recebem os primeiros moradores.

ABRIL A JUNHO

- Ação internacional contra a BHP: processo em Londres representa mais de 700 mil pessoas atingidas e ganha destaque global.

2023

Figura 35 https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._105_nov_2025_

Em 2023 a Samarco destaca a mesa para o novo acordo do Rio Doce conduzida pelo Tribunal Regional Federal. O ano de 2023 dos sirenistas é preenchido por famílias ocupando novas casas em Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; E o início da ação internacional contra a BHP a partir de um processo em Londres representando mais de 700 mil pessoas atingidas, que ganhou destaque global.

Novembro de 2023
Mariana - MG

A SIRENE 5
PARA NÃO ESQUECER

“A cada dia que a Renova
existe, fica claro que ainda
não houve reparação”

Figura 37 https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_novembro_online

Ano de 2024:



Figura 38
https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_novembro_online

Assinatura do Novo Acordo do Rio Doce

em 25 de outubro de 2024, em substituição ao TTAC.

Figura 39 <https://www.samarco.com/reparacao>

2024

FEVEREIRO

- Continuidade das ATIs: Justiça garante apoio técnico e jurídico às famílias.

MARÇO

- Ação holandesa: pessoas físicas e jurídicas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão ingressam com uma ação na Justiça da Holanda contra as mineradoras Vale e Samarco, para solicitar mais de R\$ 18 bilhões em indenizações.

OUTUBRO

- Repactuação: novo acordo revisa compromissos das empresas; comunidades alertam sobre riscos de desapropriação.
- Julgamento em Londres avança: apoio internacional aumenta a pressão por reparações justas.

NOVEMBRO

- Acordo homologado: Supremo Tribunal Federal (STF) homologa novo acordo de repactuação no valor de R\$ 132 bilhões para reparação. Os recursos destinados ao poder público serão investidos em iniciativas ambientais e sociais.
- Justiça anula ação penal sobre o desastre de Fundão: a decisão da juíza considerou “ausência de provas suficientes para estabelecer a responsabilidade criminal” e absolveu as empresas e as pessoas físicas acusadas de crimes ambientais.

Figura 40 https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornalasirene_novembro_online.

“Nunca tivemos análise da água que a gente consome. Eu moro a 800 metros do Rio Doce, então, se o rio está contaminado, é óbvio que o lençol freático também vai estar. A gente pode estar consumindo metais pesados dias após dias e sem saber. Fazer o quê? A gente não tem escolha. É esperar a doença chegar, esperar a morte chegar.”

Gilseni Januário, moradora de Tumiritinga e Galileia



Figura 41 Ed. 101 – novembro de 2024. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/mae_jornalasirene_novembro_menor_arquivo_

Em 2024 a Samarco destaca na linha do tempo apenas a assinatura do Novo Acordo do Rio Doce que substituiria o TTAC, com medidas mais participativas. Por

outro lado no ano de 2024 a justiça garante a continuidade das assessorias técnicas; Pessoas físicas e jurídicas ingressam na ação holandesa contra as mineradoras Vale e Samarco para solicitar mais de R\$18 bilhões em indenizações; Mais um novo acordo garante o compromisso das empresas mas membros das comunidades alertam para risco de desapropriação; Apoio internacional aumenta em Londres por reparações justas; Supremo Tribunal Federal (STF) define novo acordo no valor de R\$132 bilhões para reparação investidas em iniciativas ambientais e sociais e por fim Justiça anula ação penal sobre o desastre do Fundão. A juíza considerou “ausência de provas” suficientes para estabelece a responsabilidade criminal e absolveu as empresas e as pessoas físicas acusadas de crimes ambientais.

O ano de 2024 expõe o abismo entre a narrativa institucional da Samarco e a realidade da mediação jurídica. A empresa celebra medidas participativas durante o processo enquanto a Justiça Federal anula a ação penal por “ausência de provas”. Para os sirenistas, no entanto, o saldo é de luta, manifestações e alerta constante com as várias manifestações da empresa em recorrer às medidas estabelecidas. Na linha do tempo da Samarco, aparenta ser um processo linear de benefício mútuo, mas A Sirene segue divulgando que apesar do avanço na ação penal em Londres, contra a BHP, ainda há uma porcentagem de atingidos que foram excluídos do processo.

A eficácia da identidade persuasiva desse discurso reside justamente na capacidade de

embotar sentidos pela linguagem, pela voz, pelo gestual, pela postura e, principalmente, pela identidade do orador a partir das qualidades da prudência (phronesis), das virtudes (arete) e da benevolência (eunoia). (ARAÚJO NETO, 2024, p. 38)

REPASSES



Sirene dispara indevidamente pela quinta vez em Santa Bárbara

29 de outubro

As sirenes das barragens CDS, da AngloGold Ashanti, dispararam erroneamente em Brumal, distrito de Santa Bárbara, o que gerou pânico entre as moradoras e os moradores. Apesar das decisões judiciais que impõem multas à empresa em caso de novos acionamentos indevidos, este é o quinto alarme falso registrado. O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) iniciou investigação para apurar o erro e solicitou a adoção de medidas para mitigar os danos causados à população do distrito.



Nota de repúdio - Justiça absolve Samarco pelo rompimento da barragem de Fundão

14 de novembro

O jornal A SIRENE expressa profunda indignação e repúdio pela decisão do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, de Ponte Nova, que absolveu as empresas Samarco, Vale, BHP e VogBR, além de sete pessoas ligadas ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, ocorrido em 2015. Esta decisão é mais um doloroso lembrete do histórico de impunidade e injustiça que cerca a vida de pessoas atingidas por desastres-crimes provocados por grandes empreendimentos minerários.

O rompimento da barragem de Fundão não foi uma catástrofe natural, mas o resultado de negligências e escolhas conscientes que colocaram o lucro acima das vidas humanas, não humanas e do meio ambiente. Os impactos desse crime ainda ressoam entre as moradoras e os moradores de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, das comunidades atingidas ao longo da Bacia do Rio Doce, dos povos indígenas, quilombolas e garimpeiros tradicionais.

A decisão da Justiça, que considerou a "ausência de provas suficientes" para atribuir responsabilidade criminal, ignora o sofrimento das pessoas atingidas e

desconsidera a complexidade das provas apresentadas ao longo de mais de nove anos de processo. Dezenove pessoas foram mortas, muitas vidas foram interrompidas, ecossistemas foram destruídos e a dignidade das pessoas foi violada. A Justiça brasileira demonstra, mais uma vez, compactuar com um sistema que permite a impunidade das grandes corporações.

Reafirmamos nosso compromisso com a memória e a luta das comunidades atingidas. Reiteramos o pedido para que o Ministério Público Federal recomende a decisão, e para que todas as instâncias judiciais reconheçam o direito à justiça e à reparação integral para todas e todos que sofreram e ainda sofrem com esse crime. Não nos calaremos diante da injustiça. A impunidade não pode ser o destino das mineradoras diante da dor das comunidades atingidas.



Audios revelam orientação de promotor a engenheiro sobre investigação relacionada ao rompimento da barragem de Fundão

19 de novembro

Áudios obtidos pela Polícia Federal revelaram que o promotor de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto teria orientado o engenheiro Joaquim Pimenta, responsável pelo projeto da barragem de Fundão, que rompeu em Mariana, em 2015, sobre como se comportar durante a investigação. Durante um diálogo interceptado em 2016, o promotor aconselhou Pimenta a depor, elogiou sua linha de defesa e sugeriu que ele contasse sempre a mesma versão dos fatos. Além disso, o promotor teria recomendado que Pimenta gravasse uma entrevista para o programa Fantástico, da TV Globo, e conversou com a

AGRADECIM

Agradecemos a todas e todos que apoiaram o jornal A SIRENE e fizeram esta edição acontecer: Eunice Souza, Estefania Momm, Claudia Pinheiro, Wilson da Costa, Dentze Nogueira dos Santos. Agradecemos também ao Manoel do escritório Pogust Goodhead, e a todas as nossas lutas. Para ajudar a manter o jornal, acesse

Figura 42 Ed. 101 – novembro de 2024. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/mae_jornalasirene_novembro_menor_arquivo_

Os atingidos reclamam do plano de repactuação, dizendo que mesmo a Samarco externalizando o sucesso e o beneficiamento coletivo dos novos acordos estabelecidos,

houve um processo de exclusão sistemática de atingidos não reconhecidos pela Samarco/Vale/BHP, de Barra longa por exemplo. Em Barra Longa alguns moradores de uma comunidade próxima aos rios Camo e Gualaxo, foram prejudicados pelos rejeitos que se estenderam até lá.

Seguimos a contrastação com o ano de 2025, marco de 10 anos do desastre- crime de Mariana.

Ano de 2025:



Figura 43 <https://www.samarco.com/reparacao>



Figura 44 https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_-_ed._105_nov_2025

Em 2025 a Samarco comemora na sua linha do tempo o Programa Indenizatório Definitivo (PID), como um possível fim as compensações devidas; Entrega às autoridades ambientais o Plano de Recuperação Ambiental (PRA) que orienta reparação e compensação; Compensação de 100% das obras iniciadas no Novo Acordo de Novo Bento Rodrigues e Paracatu e por fim a última porta indenizatória dando conta de “todas”

as pessoas na fila de requerimentos. Então olhando isso a gente pensa, finalmente arcaram com todas as condições jurídicas acompanhadas da fiscalização e participação das comunidades, depois de longos 10 anos de espera, certo? Vamos nos voltar ao marco de 2025 pelo olhar sirenista.

Pelo jornal vemos então: Adesão ao PID; Visita de Núcleo de Reparação a Mariana do Ministério Público de Minas Gerais, ao território atingido pela mineração para ouvir demandas e avaliar ações de repactuação; O Ministério da Saúde lança o Programa Especial de Saúde do Rio Doce, onde destina 12 bilhões para tendimento à população atingida; Novo Acordo do Rio Doce: conselhos com representantes da sociedade civil e contratos com assessorias técnicas para acompanhamento de ações de reparação e benefícios mensais; Assessorias Técnicas e comissão de atingidos são dismobilizados após fim de contrato com a Renova; Samarco reabre o PID com novo prazo de adesão de atingidos que ficaram de fora ou foram negados; Comunidades defendem a criação do memorial para preservação da memória do rompimento; O Ministério Público do Estado de Minas Gerais reúne atingidos para tratar da participação no acordo de repactuação e indenizações.



Figura 45 Jornal A Sirene – "Repactuação como contrato de aprisionamento"

Após 10 anos do desastre de Mariana, lutas políticas e conquistas, os sirenistas expressam na edição que os atingidos sentem que o contrato de repactuação não está sendo ainda voltado para as demandas reais. É citado no jornal que o então governador do estado Romeu Zema, um projeto de duplicação na BR- 356 em que R\$2 bilhões do investimento advêm da proposta de repactuação do acordo de Mariana. Um valor de R\$100 bilhões será dividido em ações diversas, enquanto R\$25.1 bilhões serão destinados ao Estado de Minas Gerais, apenas R\$35 mil é o valor da soma de indenizações individuais para cada pessoas atingida.

Em 05 de novembro de 2015 a barragem do Fundão se rompe em Mariana e 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineação são despejados. A lama atinge córregos, comunidades, lares, terrenos, árvores frutíferas, plantações e animais. Bento Rodrigues, Paracatu de baixo, Gesteira e o Rio Doce foram atravessados pelo crime. Em maio de 2016 o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide que a Justiça Federal devem julgar as ações criminosas sobre a tragédia. Outubro de 2016 o Ministério Público Federal (MPF) denuncia 22 pessoas junto da Samarco, Vale, BHP e VogBR pelo rompimento da barragem. Em novembro de 2016 26 denunciados se tornam réus. O processo criminal é retomado em novembro de 2017. Em abril de 2019 as 19 mortes são consideradas consequência da inundação causada pelo rompimento. Já em setembro de 2019 a justiça rejeita denúncia contra oito pessoas da alta cúpula da Samarco e 15 denunciados deixam de ser réus. No mês de novembro de 2023 os 11 réus que sobraram no processo são interrogados e em novembro de 2024 a Justiça Federal absolve todos os réus.

Em 14 de dezembro de 2024, perto do marco de 10 anos do desastre, a justiça absolveu todos os envolvidos, a empresa Samarco e os demais reus incluindo a VogBR, consultoria que atestou a estabilidade da estrutura. Na esfera penal a juíza Patricia Alencar Teixeira de Carvalho³³ considerou, a partir de documentos, laudos e testemunhas, que não houveram condutas comprobatórias que possam ter contribuído para o acarretamento do desastre. Essa decisão não anulou o acordo civil de reparação em andamento. Em 2025 o “Novo Acordo de Mariana” citado ao longo da pesquisa, avançou destinando R\$132 bilhões para ações de reparação que priorizam a Bacia do Rio Doce, num montante pago em parcelas anuais ao longo de 20 anos.

³³ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/11/03/mariana-10-anos-ninguem-foi-condenado-por-tragedia-que-matou-19-pessoas-destruiu-comunidades-e-contaminou-rio-doce.ghtml>



Figura 46 Disponível em: Home > Investidores

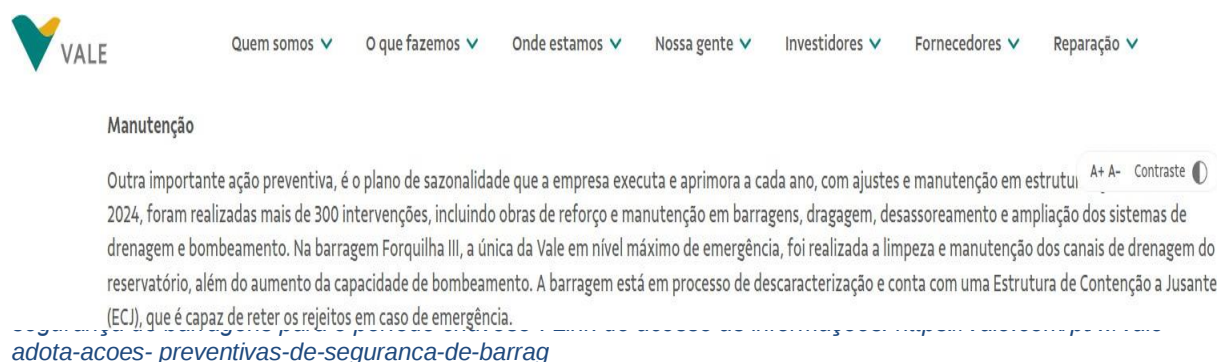


19/11/24 • Barragens

Vale adota ações preventivas de segurança de barragens para o período chuvoso

A Vale adotou uma série de medidas para reforçar a segurança de suas barragens para o período chuvoso. Um dos destaques é a implantação de um sistema de monitoramento e previsão meteorológica (SMPM Vale), com avaliação dos 28 modelos globais utilizados pelos institutos de meteorologia e dos principais fenômenos atuantes nas áreas Vale no Brasil. A influência de eventos climáticos extremos, com interferência de fenômenos como El Niño, La Niña e AMO, pode ser prevista nesses modelos.

Figura 47 Disponível em: <https://vale.com/pt/w/vale-adota-acoes-preventivas-de-seguranca-de-barragens-para-o-periodo-chuvoso/-/categories/3605746>



Então, apesar de no site oficial da empresa, não mostrar a notícia mais recente de extravasamento de sedimentos em duas minas da Vale, no estado de Minas Gerais, disponível na categoria “Investidores > Portal ESG³⁴ > Últimas atualizações” que a empresa destaca nas últimas movimentações de estruturas da atividade mineradora, pontuo aqui, que hoje, dia 8 de fevereiro de 2026, fazem 14 dias do caso de vazamento de duas minas da Vale, no complexo Minerário de Fábrica (Ouro Preto - MG) e Viga (Congonhas – MG). Relato abaixo o ocorrido no dia 25 de janeiro de 2026:

Ocorreu na data citada, na mina de Fábrica - Ouro Preto (MG), o vazamento de uma cava que contém posição de rejeitos e sedimentos das atividades mineradoras. O vazamento atingiu parte de estruturas operacionais da Vale, propriedades de terceiros e cursos d'água.

A partir de pedidos do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) e do Governo Estadual de Minas Gerais, foi ordenado à mineradora Vale a apresentação de um plano de medidas emergenciais de mitigação para os rejeitos que chegaram aos cursos d'água de dois rios que constituem a bacia do Rio Paraopeba. A empresa deve fazer o monitoramento da qualidade da água e iniciar o processo de retirada de sedimentos extravasados na área.

Levando em consideração também, o segundo vazamento, na Mina de Viga em Congonhas (MG), foi aplicada uma multa diária de R\$100 mil, por hora limitado à R\$ 10 milhões. O ministério público de Minas Gerais e o Governo do Estado decretaram a paralização das atividades.

Em nota³⁵ a mineradora informou que as atividades já estavam paralisadas desde o dia 25 de janeiro de 2026, data do vazamento. Também declarou que não houve rompimento de estruturas na Mina de Fábrica e que a disposição dos rejeitos na cava³⁶ está licenciada conforme exigências regulatórias, mesmo as reportagens encontradas sobre o caso, relatarem que o vazamento de sedimentos se deu a partir do rompimento de uma “leira”³⁷ de proteção”.

³⁴ O portal ESG é um espaço no site para falar sobre informações sobre o desempenho ambiental, social e de governança), a fim de ser mais transparente com as partes interessadas, segundo descrição da própria mineradora.)

³⁵ Entrevista disponível no canal do veículo de informação: Notícia G1 - vazamento Vale Ouro Preto e Congonhas (MG): <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2026/02/09/justica-determina-paralisacao-imediata-de-operacoes-da-vale-em-ouro-preto-apos-rompimento-de-estrutura.ghtml>

³⁶ Uma cava na mineração é um buraco grande aberto no solo, que surgiu a partir da atividade mineradora e extração de variados minérios. É portanto uma abertura escavada no solo e no subsolo a céu aberto, projetada para cessar depósitos próximos à superfície utilizada para lavra em larga escala. Ela permite o acesso direto ao minério e a movimentação rápida de equipamentos pesados da mineração. Em diversos casos é utilizada para acumular água e rejeitos

³⁷ Leira de proteção é uma estrutura de acesso lateral usada como contenção de acúmulos na estrutura

No mesmo pronunciamento a empresa afirma que “A extrapolação não teve relação com barragens ou diques. Não caiu rejeitos de mineração, apenas sedimentos (terra)”.



Figura 49 Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/o-mpf/unidades/pr-mg/noticias/mpf-pede-novo-bloqueio-de-r-200-milhoes-da-vale-apos-vazamento-na-mina-de-viga-mg>

A comunicação da mineradora ao Núcleo de Emergência Ambiental (NEA), foi de 10h após o vazamento, dificultando assim uma ação imediata por parte de órgãos públicos. Além da demora na comunicação há ainda o apontamento de falha no sistema de drenagem, uso inadequado da cava como reservatório hídrico e de rejeitos. A mineradora Vale, em nota ao G1, nega tais falhas, como vimos em trechos acima. A decisão judicial foi de que a empresa teria 5 dias para apresentar um plano de ação emergencial e 10 dias para apresentar um plano de monitoramento da qualidade da água, a partir do contato de substâncias vindas do vazamento, com os dois afluentes da bacia do Rio Paraopeba.

Também foi exigido que a empresa faça a remoção de entulhos dos bueiros da Cava 18 e o desassoreamento completo do “Sump Freitas II”. O plano exigido da mineração deve conter a interrupção do fluxo de efluentes da cava para o Córrego Água Santa e caso não consiga dar conta, deve ser feita a instalação de barreiras de contenção. Além disso, devem fazer um monitoramento das estruturas minerárias próximas visando identificar sumps, diques, pilhas, cavidades e estruturas com potencial de risco, assim como fornecer água potável.

Este capítulo analisou as estratégias discursivas da Samarco em seu site oficial após o desastre de Mariana, contrastando-as com a narrativa do jornal A Sirene. A fundamentação teórica articula diferentes autores para compreender como corporações mineradoras constroem sua imagem pública: Morais e Faria (2007) mostram o uso de linguagem jornalística institucional para criar uma imagem de responsabilidade ambiental; Acseirad (2022) aponta a incorporação de linguagem técnico-científica que transforma conflitos socioambientais em "problemas administrativos"; e Giménez (2021) contribui com o conceito de enquadramento, que é central para compreender como a empresa seleciona e destaca determinados elementos de sua narrativa, enquanto oculta outros.

A partir dessa base, o capítulo apresenta a análise comparativa entre a linha do tempo de 10 anos da Samarco e as edições do jornal A Sirene. Enquanto a versão empresarial privilegia marcos institucionais e apresenta a reparação como processo concluído e bem-sucedido, o jornal expõe as lacunas desse modelo: cadastros que excluíam atingidos, prazos judiciais descumpridos, assessorias técnicas desmobilizadas e a destinação de bilhões do acordo para obras estaduais, enquanto as indenizações individuais permaneciam baixas. O capítulo ainda contextualizou a criação do jornal A Sirene como mídia militante e radical, surgida da organização dos atingidos para contrapor a cobertura tradicional e dar visibilidade às suas demandas ao longo de uma década de lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A LÓGICA COLONIALISTA ATUALIZADA NA INDÚSTRIA MINERAL

A partir da obra “Discurso sobre o colonialismo” Aimé Césaire nos apresenta uma reflexão sobre como a violência colonial foi sistematicamente camuflada sob o discurso do progresso e da civilização. O autor argumenta que o colonialismo não foi um projeto visando o “bem” do desenvolvimento das sociedades no geral, mas sim um sistema de poder e dominação que destruiu culturas, as colocou numa posição de subjugação, de empobrecidas e carentes de tudo, principalmente de modos de saber e viver. Assim, essas “faltas” seriam supridas pela suposta superioridade e abundância europeia.

O que se destaca em sua análise é como essa lógica não apenas justificou a exploração no passado, mas continua a se reproduzir nas relações de poder e produção contemporânea. É justamente esse o ponto que se relaciona com a presente pesquisa, o exercício de pensar criticamente o cenário das grandes corporações e suas ações industriais, mais especificamente a partir do setor minerador e das atividades da empresa mineradora Vale.S.A.

O autor nos ilumina pela via desconstrutiva de que o colonialismo foi uma etapa necessária para o progresso das sociedades colonizadas. Essa narrativa, na verdade, naturaliza as destruições vindas da relação de poder, colonizador/colonizado. Conecto esse pensamento com a forma como hoje, as atividades industriais predatórias são justificadas como inevitáveis para o desenvolvimento econômico, e como tais atividades só acontecem para melhorar produtos existentes e facilitar a vida dos sujeitos que a elas tiverem acesso.

Assim como historicamente foi, ainda há bem presente nas estratégias dos dominadores, as promessas de um melhor sistema, de desenvolvimento, de trazer novas melhorias e benefícios aos sujeitos. Sobre tudo continua presente esse atrativo em torno do que seria considerado progresso, e ainda, a tentativa de justificar todo e qualquer dano, como elementos naturais e necessários no caminho desenvolvimentista.

Aproveito esse ponto para abordar um dos conceitos chamados “relativismo moral colonial”, a partir da perspectiva de que grandes corporações adotam às suas estratégias empresariais, a responsabilidade socioambiental, e a preocupação com os sujeitos e comunidades, como suas prioridades ao pensar e desenvolver suas atividades. Comecei a partir disso, a pensar como essa dupla moral permanece

presente, enquanto padrões de comprometimentos socioambientais são adotados para compor o perfil das empresas, ao mesmo tempo que as flexibilizações de regulação e análises de risco são ignoradas ou negligenciadas em comunidades submetidas nessa relação de poder. A corporação faz um papel de mediação e imposição de poder com a política local e com os atores da comunidade ao redor. Cito mediação associando a essa dinâmica entre corporação e território marcada por expectativas mútuas: a empresa oferece emprego, benefícios, cuidado com a rede comunitária e funcionários, programas de desenvolvimento e profissionalização, constituindo essa rede de estratégias esperando em troca que a comunidade ao redor, ofereça adesão e confiança que legitima suas atividades e com isso sobe a moral social da empresa. Vemos assim, o patrocínio a eventos culturais e a estratégia discursiva da “família corporativa” presentes em mídias diversas. Ou seja, a cooperação e o sistema de confiança dão entrada ao enraizamento hegemônico para que as formas de dominação permaneçam.

Essas questões presentes desde os processos de “colonização”, em variados continentes, nos ajudam a pensar os mecanismos de manutenção da hierarquia a partir das estratégias políticas de grandes corporações na disputa por inserção e manutenção de territórios.

Nas operações das grandes mineradoras, vemos resquícios desse pensamento: saberes e modos de vida locais, rurais e ribeirinhos são vistos como “sacrificáveis” pelo bem comum dos avanços técnicos científicos. Ao conectar a luta anticolonial com a luta de classes, Césaire nos lembra que a exploração econômica e a dominação cultural andam juntas. Isso ajuda a entender por que, ainda hoje, os maiores impactos da mineração recaem sobre populações pobres, negras e indígenas.

Relacionando ao trabalho de Albert Memmi, com a obra “Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador” complementa o pensamento perfeitamente, com a análise da relação colonial como um sistema que cria uma falsa ideia de dependência mútua repleta de desigualdade. Voltado de certa forma, mais a dimensão psicológica, esse debate incentiva a pensar instituições dominantes constituindo posições fixas e desiguais em relação ao território e comunidades “dominadas”.

Os elementos que reforçam essa relação de poder não se apresentam apenas de forma econômica, mas também se manifestam emocional, social e culturalmente, que garante privilégios de atuação nos territórios e na vida de quem é atravessado pelas dinâmicas de produção. Podemos pensar como modos de vidas são facilmente

desfeitos, quando as atividades resultam em desastres danosos ou altamente exploratórios. As estratégias desses grandes nomes da produção giram sempre em torno de como acaba sendo necessário que as atividades, mesmo pondo em risco centenas de vidas, continuem, para desenvolver produtos utilitários e que irão otimizar a vida de todos. O progresso como fim último independente dos adventos do meio para se chegar a ele, da mesma forma que a Vale apresenta a mineração para a sociedade.

Podemos pensar como exemplo de corporação em atividade, a Vale.S.A/Samarco/BHP, gigantes no ramo industrial mineral e logística e responsável por grandes desastres socioambientais. Elas constroem planejadamente sua imagem pública como empresa "sustentável" e "socialmente responsável" através de discursos que contrasta radicalmente com seu histórico. Podemos ver isso por exemplo, através de campanhas publicitárias, projetos sociais ou de investimento em cultura e alguns slogans vinculados à marca como "empresa sustentável", "evoluímos juntos" ou "nossa preocupação é você". A empresa busca criar uma aura de confiança através de uma afetividade direcionada a coletividade. Essas estratégias funcionam como uma camuflagem para minimizar os impactos reais de suas operações, num jogo de poder que a sociologia dos desastres ajuda a pensar.

O que chama atenção é a capacidade de manter sua posição dominante mesmo após a dimensão de tragédias como Mariana e Brumadinho, por exemplo e como constoem um capital através de parcerias com instituições, patrocínios culturais e uma presença massiva em mídias diversas. Quando a empresa afirma fazer "mineração do futuro", está não apenas vendendo um produto, mas uma ideologia: a de que é possível extrair minérios em larga escala sem destruição, de que suas atividades não são exploratórias e perigosas, desde que sob a gestão "responsável" de corporações como ela. Essa narrativa, repetida à exaustão, acaba naturalizando um paradoxo: como pode ser "sustentável" uma atividade que comprovadamente gera mortes, deslocamentos e degradação ambiental em larga escala e sobretudo reafirma um lugar construído de inferioridade de sujeitos e comunidades que vivem ao redor dos territórios apropriados para produção?

A eficácia dessas estratégias está muito vinculada a um apelo emocional. Ao se apresentar como parceiras ou familiares, essas corporações mascaram a relação exploratória em uma linguagem de colaboração mútua, e resgatando o pensamento dos autores citados, isso pode ser um reflexo de como eram as estratégias colonizadoras, na

tentativa de justificar sua dominação como por exemplo, nas "missões civilizatórias". A diferença é que, hoje, o vocabulário mudou: falamos em "desenvolvimento sustentável", "compromisso social" e "inovação", mas a estrutura de poder permanece a mesma. Os desastres não interrompem esse ciclo, pelo contrário, são rapidamente absorvidos pela máquina de relações públicas que representam cada marca, que transforma crises em oportunidades para reafirmar seu discurso de "aprendizado" e "melhoria contínua" sem fazer nenhuma alteração nas estruturas problemáticas.

Após o desastre de Brumadinho em 25 de janeiro de 2019, ao mesmo tempo em que a Samarco e a Vale minimizavam suas responsabilidades nos processos judiciais, lançava intensas campanhas de reconstrução de imagem pública, apresentando-se como agente de sustentabilidade e responsabilidade social. Então vemos a nova face das operações de colonialidades, operando agora por mecanismos pelos quais demandas por justiça sociais são incorporadas pelo sistema, esvaziando seu potencial transformador de realidades, e convertidas em ferramentas corporativas. Visam promover uma imagem de compromisso com pessoas, sejam funcionários ou comunidades, enquanto mantém intactas suas atividades de impacto que estruturalmente reafirmam e contribuem para aumentar o empobrecimento e desvalorização de áreas periféricas usadas como descartes pela centralidade do pensamento de progresso capitalista.

Assim, vemos que projetos sociais e investimentos nas comunidades pós desastres conferem o mesmo tom de ineficácia, já que a estrutura de reprodução das atividades continuam as mesmas, e os únicos aprimoramentos aplicados são direcionados ao aumento de produção e redução de seus custos, sustentando assim, a lógica de acumulação e progresso do capital. Indenizações justas, reassentamento adequado, treinamento da população e reparação integral do meio ambiente permanecem custosos e não pensados, retratando também o que a autora classifica como "reparação simbólica"

Assim como o sistema de colonização, o capitalismo se apresenta como veículo de modernização e melhoria de vida, para populações marginalizadas, quando na prática aprofunda vulnerabilidades e desigualdades. No caso analisado

na pesquisa citada as promessas de crescimento econômico local e novas iniciativas socioambientais não estão alinhadas com a destruição de modos de vida, exploração do meio ambiente, óbitos e deslocamento compulsório.

Entendo a partir das bases teóricas citadas, que essa capacidade de gerenciar sua própria violência é o que torna a produção de conteúdos “pós” desastres um caso exemplar de como o capitalismo contemporâneo atualiza mecanismos coloniais de dominação. Seus slogans não são apenas peças de *marketing*, mas ferramentas ativas de manutenção de poder e garantia de suas atividades.

A partir do pensamento desenvolvido por Raúl Prebisch na obra “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de Seus Problemas Principais”, formulada no âmbito da CEPAL nos anos 1950, vemos como o subdesenvolvimento da América Latina não era uma etapa rumo ao progresso, mas sim um produto da própria estrutura do capitalismo global. Sua análise revela como a relação centro-periferia mantém os países latino-americanos em posição de subordinação enquanto países “centrais” concentram tecnologia e benefícios, as periféricas ficam com a produção de matérias-primas e os custos socioambientais. Essa visão ajuda a entender por que, mesmo após décadas de industrialização, países como o Brasil continuam presos a um modelo de extrativismo predatório que beneficia poucos.

O autor mostrou que o problema não estava na falta de esforço dos países periféricos, mas na forma como o sistema econômico internacional estava organizado. Enquanto o centro se desenvolvia com base em indústrias tecnológicas e serviços complexos, a periferia era condenada a exportar commodities, como minério, soja e petróleo, em troca de produtos industrializados. Essa troca desigual, longe de ser natural, era sustentada por relações de poder.

O pensamento de Prebisch e da CEPAL é importante para pensarmos como o desenvolvimento econômico na periferia do capitalismo não é um caminho para a autonomia cheio de benefícios para todos, mas um mecanismo de aumento das desigualdades. Essa dinâmica se materializa nos territórios apropriados por grandes corporações para o desenvolvimento de suas atividades. Enquanto os lucros da mineração são distribuídos a nível global, os custos humanos e ambientais são estrategicamente localizados, e recai sobre comunidades que vêem seus modos de vida serem destruídos em nome de uma promessa de “progresso” do qual são propositalmente excluídos.

Nesse sentido, os autores aqui discutidos são ricos para incentivarmos análises sobre um assunto atual e pertinente no contexto político nacional diante da proposta do Projeto de Lei 2.159/2024, que busca flexibilizar o licenciamento ambiental em nome do “interesse nacional no desenvolvimento”. A análise dos nomes citados e o potencial de suas atividades mostram o risco desse tipo de legislação. Principalmente se levarmos em conta, enquanto essa “autoregulação corporativa” que após 10 anos os atingidos não foram completamente reconhecidos e indenizados por seus diversos danos. A mineradora anglo-australiana BHP foi condenada pela justiça inglesa e intimada a pagar indenizações a vítimas do rompimento da barragem do Fundão em 14 de novembro de 2025, porém os valores e as datas de pagamentos ainda não foram firmados. 10 anos se passaram e as pessoas atingidas somam lutas e disputas por direitos básicos enquanto a postura da BHP mostra que sua expectativa é de que mais pessoas sejam excluídas do reconhecimento desse processo e os valores caiam pela metade³⁸. O PL não apenas reafirma a lógica de dominação corporativa mas também a institucionaliza, ao eliminar garantias e relatórios de riscos socioambientais. O PL permite práticas predatórias de exploração deliberadamente. A consequência direta de ambas as questões citadas é o aprofundamento de desigualdades estruturais em comunidades e territórios.

³⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cwy5qv47k5xo>

Algumas reflexões para continuidade da pesquisa



Bombeiros trabalham na busca por vítimas no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (2015)
— Foto: Ricardo Moraes/Reuters

Figura 50 <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2024/11/15/entenda-processo-criminal-da-tragedia-da-samarco-em-mariana.ghtml>

24/11/2015 16h33 - Atualizado em 24/11/2015 17h09

Vale admite que usava barragem de Fundão para depositar rejeitos

5% do volume de Fundão vinha de uma de suas minas, disse a empresa.
Rompimento provocou a liberação de mais de 35 milhões de m³ de rejeitos.

Figura 51 <https://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/11/vale-admite-que-usava-barragem-de-fundao-para-depositar-rejeitos>

Em dezembro de 2015 um relatório técnico do Ministério Público aponta provas de que a barragem do Fundão (da Samarco) tem ligação com a estrutura de mina da Vale, também para desenvolvimento da atividade mineradora. A ligação entre as duas contribuiu para o desastre pois a pilha de estéreis (resíduos da mineração não processados) que ficam no complexo de Mina de Fábrica Nova (Vale) encostam na barragem de rejeitos do Fundão (Samarco). Um enorme lago de forma entre as duas a partir de drenos vindos da pilha de estéreis da Vale. Como vem sendo relacionado nessa pesquisa, pontuo que os nomes Samarco e Vale são tão entrelaçados quanto

suas atividades e seus interesses econômicos.

A pesquisa parte do pressuposto de que os desastres de Mariana e Brumadinho não ocorreram por falhas pontuais, mas se apresentam como expressão de um modelo de negócios predatório. Como demonstram autoras como Norma Valêncio, Andrea Zhouri, Raquel Giffoni e o professor Henri Acselrad, os desastres não são fenômenos naturais ou eventos pontuais: são processos sociais. Isso significa que sua extensão e suas consequências estão diretamente relacionadas a estruturas preexistentes de desigualdade, a jogos políticos, à omissão do Estado e a interesses econômicos.

O desastre não é apenas o momento em que a lama percorre as ruas e gera o primeiro rastro de destruição. Ele é também tudo o que vem depois: a falha das medidas de segurança, o deslocamento compulsório, a burocratização da reparação, a exclusão de atingidos, o adoecimento e a mudança radical dos modos de viver. É a partir desse ponto de vista que a pesquisa analisa as estratégias produzidas pela Samarco após o desastre de Mariana, ocorrido em 5 de novembro de 2015, quando a barragem de Fundão se rompeu e liberou 43 milhões de metros cúbicos de rejeitos, matando 19 pessoas e atingindo o Rio Doce até o Espírito Santo.

A Samarco não está sozinha. Controlada pela Vale e pela BHP, ela opera dentro de um modelo que a bibliografia chama de Rede Global de Produção (RGP). Esse modelo ajuda a enxergar a mineração como parte de um sistema transnacional integrado, que conecta a extração no Brasil, o beneficiamento em outros países e o descarte de riscos sobre as comunidades locais. A RGP opera com três pilares: valor, poder e enraizamento. O valor não é apenas lucro, mas também a destruição de bens socialmente construídos como um rio, uma comunidade, um modo de vida. O poder reconhece as relações desiguais entre corporações e territórios. O enraizamento lembra que a mineração está fixada no território, cercada por comunidades que podem legitimar ou contestar sua presença.

O objetivo central da pesquisa foi mostrar como as mineradoras seguem um modelo de gerenciamento das consequências de seus crimes não apenas no campo logístico, mas sobretudo no campo dos conteúdos digitais. Para isso, o site oficial da Samarco foi analisado, com foco na seção "Reparação" e em sua linha do tempo de 10 anos do desastre e contrastado com as edições do jornal A Sirene, uma mídia radical criada por atingidos e apoiadores do desastre de Mariana, onde os próprios atingidos escolhem as pautas e produzem as reportagens como alternativa à mídia tradicional.

A comparação mostra um padrão sistemático. Em 2016, a linha do tempo da Samarco destacou a criação da Fundação Renova e a assinatura do TTAC. O jornal A Sirene registrou conquistas como o acesso dos atingidos a Bento Rodrigues para celebrações culturais, a participação na escolha do terreno para reassentamento e a conquista das Assessorias Técnicas Independentes. Em 2017, o ano não existe na linha do tempo da Samarco. O jornal mostrou novos cadastros com participação popular e o reconhecimento de pessoas excluídas dos auxílios emergenciais. Esse padrão se repetiu ano após ano: a Samarco destacava marcos institucionais ou simplesmente silenciava; o jornal A Sirene preenchia as lacunas com lutas, conquistas, protestos e denúncias.

Para compreender essa dinâmica, utilizei o conceito de "ações-feitiço", desenvolvido por Zoroastro Araújo Neto em sua tese sobre o caso da Braskem em Maceió. O conceito designa práticas corporativas que promovem intencionalmente uma imagem de empresa benevolente e comprometida com a reparação, enquanto mascaram a realidade do dano e mantêm intactas as estruturas de poder que o produziram. A criação da Fundação Renova, a assinatura dos acordos e a própria linha do tempo da empresa não são apenas medidas de reparação: são também ações-feitiço que constroem uma imagem de protagonismo e resolutividade, enquanto silenciam as lutas, os atrasos e as violências que marcam a experiência dos atingidos.

A pesquisa também se apoiou nos estudos de enquadramento para analisar os conteúdos informativos da empresa. A Samarco seleciona os marcos que lhe são favoráveis, oculta as lutas e contestações dos atingidos, os retrocessos e a morosidade. É uma estratégia de produzir uma memória que serve à empresa, não à sociedade. Enquanto a Samarco opera com uma visão picotada dos fatos, o jornal A Sirene oferece uma narrativa construída por quem viveu o desastre pessoalmente.

O que essa comparação mostra é que a transformação de crimes corporativos em "tragédias" desloca responsabilidades e permite à mineradora construir uma imagem de agente indispensável ao progresso, evitando ao máximo sua culpabilização. A empresa, detentora de capital e meios de veicular seus conteúdos na mídia, alcança um grande número de leitores. O jornal A Sirene, por sua vez, em edições recentes, exibiu páginas em branco por falta de verba para realizar as matérias programadas.

Recortando o marco de 10 anos dos crimes cometidos em Mariana, me deparei com um volume enorme de conteúdos: mais de 100 edições do jornal A Sirene, conteúdos fragmentados entre os sites da Samarco e da Vale, um jornal próprio da Samarco, entre

outros materiais. Proponho, portanto, me debruçar sobre os demais conteúdos na continuidade desta pesquisa no doutorado, dando conta do maior número possível de elementos que formam essa teia de relações e ações ao longo desses 10 anos.

A pesquisa se propõe a ser uma exposição crítica dos modelos corporativos que imperam no capitalismo e um meio de expor os contrastes existentes na história dos desastres. Porque o desastre não acaba no dia do rompimento. Ele dura anos. Ele se estende na vida das pessoas. Ele aparece na espera por reassentamento, na luta por indenizações justas, na dor de quem perdeu não só a casa, mas a comunidade, as árvores frutíferas, o modo de vida.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. O 'social' das mudanças climáticas. In: _____. (Org.). Ambiente e sociedade: estudos em desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2018. p. 45-62.
- ACSELRAD, Henri. Pandemia, crise ambiental e impasses da modernização ecológica do capitalismo. Revista Piseagrama, Belo Horizonte, n. 15, p. 10-19, dez. 2020. Disponível em: <https://piseagrama.org/pandemia-crise-ambiental-e-impasses-da-modernizacao-ecologica-do-capitalismo/>. Acesso em: 18 out. 2023.
- ACSELRAD, Henri; ASSIS, Wellington F. T. Imagética espacial no capitalismo extrativo: forma e força nos diagramas de responsabilidade social empresarial. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, p. 1-20, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.2022001>.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. São Paulo: Presença, 1980.
- ARAÚJO NETO, Zoroastro Pereira de. Leitora, leitor... indignai-vos!! Entre o fato e a mídia: o avesso do discurso da Braskem na série entenda. 2024. 251 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística: Linguística) - Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/13867>. Acesso em: 4 maio 2026.
- ARBEX, Daniela. Brumadinho: a voz dos atingidos - arrastados pela lama. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2023.
- ATEMAB. Projeto de assessoria para elaboração e validação de matriz de danos junto aos atingidos pela barragem de Fundão (Barra Longa/MG). Coordenação de Flávia Braga Vieira. Rio de Janeiro: UFRRJ, dez. 2019.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Entre a transparência e a opacidade: contribuições para o estudo do enunciado ensivo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978. Disponível em: <https://antropologiadeoutraforma.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/04/aime-cesaire-discurso-sobre-o-colonialismo.pdf>.
- DE ALENCAR SANTOS, Natanael. O desastre de Mariana através do Jornal A Sirene:

a emergência de uma estrutura de sentimento entre os atingidos. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, v. 15, n. 45, p. 50-76, 2022.

FERREIRA, Laryssa Owsiany. Repovoando ruínas: fé, saudade e perseverança em um território arruinado pela Braskem em Maceió (AL). 2024. 210 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2024.

FURTADO, Fabrina. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 26, e202416, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/rbeur/a/G4XcXrdtWm4vWqnsHPnYmZn/>.

GIFFONI, Raquel. A gestão empresarial do risco social e a neutralização da crítica. In: ZONTA, Michel; BRANDÃO, André Augusto; TROCATE, Charles (Org.). Terra em disputa: ensaios sobre a mineração em Carajás. São Luís: A Corja, 2020. p. 87-102.

GIFFONI, Raquel. A política (anti)ambiental nos Estados Unidos e no Brasil: uma análise comparativa. In: ACSELRAD, Henri; PEREIRA, Marcelo Santos (Org.). A grande recessão e o metabolismo social do território. Rio de Janeiro: Garamond, 2020. p. 213-232.

GIFFONI, Raquel. Comunidades, modo de usar: desvendando guias, manuais e relatórios da mineração. In: MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Sérgio P.; GONÇALVES, Ricardo José de A. (Org.). Mineração, violência e resistências: um campo de forças em disputa. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2021. p. 151-168.

GIMÉNEZ, María Julia. Navegar el Atlántico a contramarea la Fundación Internacional para la Libertad y la agenda liberal ofensiva en América Latina (2002-2016). 2021. Tese de Doutorado. [sn].

HOSSEINI, Mostafa. Toward a creative and imaginative research approach: Collage as a method of inquiry in social work. Qualitative Social Work, v. 24, n. 4, p. 389-412, 2025.

JORNAL A SIRENE. Publicações. Disponível em: <https://issuu.com/jornalasirene>. Acesso em: 3 de novembro de 2025.

MANSUR, Maíra S. Financeirização, uma força irresistível? Um estudo sobre shareholder value e governança corporativa na Vale S.A. e o mercado de commodities minerais. 2022. 331 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MEMMI, Albert. Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador. Tradução

de Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MILANEZ, Bruno et al. A estratégia corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para redes globais extrativas. 2018. Disponível em: <http://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2018-A-Estrat%C3%A9gia-Corporativa-da-Vale-versos.pdf>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Disponível em: <https://www.mab.org.br>. Acesso em: 2 de janeiro de 2025.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. Política ambígua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: NUAP, 2010.

PAZZA, Janaína. A MÍDIA RADICAL DO JORNAL A SIRENE: A MINERADORA SAMARCO VISTA PELOS OLHOS DOS SIRENISTAS THE RADICAL MEDIA OF THE NEWSPAPER A SIRENE: THE MINING COMPANY SAMARCO FROM THE PERSPECTIVE OF THE “SIRENISTAS”. 2017.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOVSKY, Ricardo (Org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 69-136.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

VALENCIO, N. et al. (Org.). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, Norma. Desfiliação social e desastres: um estudo sobre a (i)materialidade do pertencimento comunitário. Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v. 41, n. 1, p. 84-103, jan./jun. 2010.

VALENCIO, Norma; SALLES, Guilherme; SCALCO, Lucia. Governança de riscos e desastres: conexões com a gestão pública. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2013.

WEBER, Max. Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 55-56, p. 185-194, 2002.

Fontes audiovisuais e jornalísticas

A BRIEF HISTORY OF. The Mariana Disaster. [Documentário]. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ufbFBQ5gECU>. Acesso em: 20 out. 2024.

A SIRENE: para não esquecer. Mariana MG, Nov. 2016

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (ALMG). Memórias Rompidas.

[Documentário]. 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembly/videos/video/?id=1299385>. Acesso em: 20 out. 2024.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. 9º PJJ - Documentário: Atingidas. Publicado em 24 out. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uM2CVanQhlo>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BBC NEWS BRASIL. Brumadinho: o documentário da BBC (PARTE 1). [Documentário]. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YIN02W40UTE>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BBC NEWS BRASIL. Brumadinho: o documentário da BBC (PARTE 2). [Documentário]. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TUIq8pjOU4U&t=6s>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BHP. Site institucional. Disponível em: <https://www.bhp.com>.

Desastre no Rio Grande do Sul - Acidente ou projeto?. Youtube, 3 de mai. de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jhFWWhIEdv64&t=3913s>. Acesso em agosto de 2025.

G1. Justiça determina paralisação imediata de operações da Vale em Ouro Preto após transbordamento de estrutura em mina. Belo Horizonte, 9 fev. 2026. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2026/02/09/justica-determina-paralisacao-imediata-de-operacoes-da-vale-em-ouro-preto-apos-rompimento-de-estrutura.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2026.

G1. Mariana, 10 anos: ninguém foi condenado. YouTube, 3 nov. 2025. 1 vídeo (15 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=exemplo>. Acesso em: 07 fev. 2026.

LAMA - O crime Vale no Brasil. [Documentário]. Direção de Caio Silva Ferraz. Brasil: Caio Silva Ferraz, 2021. 1 vídeo (1h 21min 25s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DFLltmu8c48>. Acesso em: 14 jun. 2025.

O PL da Devastação institucionaliza o racismo ambiental no Brasil. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 00 out. 2023. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-pl-da-devastacao-institucionaliza-o-racismo-ambiental-no-brasil/?gad_source=1&gad_campaignid=1495757196&gbraid=0AAAAADnS6iA9dEtdwraFSA8hDJCi21MPp&gclid=CjwKCAjwiY_GBhBEEiwAFaghvmxjOZP6UQSNTpVqB9CnAhzTRFOQk7zUCASAeNkPft_mcsY-elZVsxoCGxQQA_vD_BwE. Acesso em: 20 out. 202

SAMARCO MINERAÇÃO S.A. Site institucional. Disponível em: <https://www.samarco.com>.

VALE S.A. Home. Disponível em: <https://vale.com/pt>.